



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

THAMARA KRISTINA SANTOS CAMPOS

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**A PERCEPÇÃO DAS TRABALHADORAS DA SAÚDE SOBRE A
DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: estudo da realidade de um
hospital da rede metropolitana de Salvador.**

Salvador
2018

THAMARA KRISTINA SANTOS CAMPOS

**A PERCEPÇÃO DAS TRABALHADORAS DA SAÚDE SOBRE A
DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: estudo da realidade de um
hospital da rede metropolitana de Salvador.**

Trabalho de Conclusão de Curso do curso de Serviço Social da Universidade Federal da Bahia, como requisito para a obtenção do grau de bacharela.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Jacqueline Samagaia.

Salvador
2018

THAMARA KRISTINA SANTOS CAMPOS

**A PERCEÇÃO DAS TRABALHADORAS DA SAÚDE SOBRE A
DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: estudo da realidade de um
hospital da rede metropolitana de Salvador.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado de Ensino de Graduação em Serviço Social, Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Bacharela em Serviço Social.

Aprovado em 19 de fevereiro de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Jacqueline Samagaia - Orientadora_____

Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Brasil.
Universidade Federal da Bahia.

Ana Claudia Caldas Mendonça Semêdo_____

Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia, UFBA, Brasil.
Universidade Federal da Bahia.

Geyse Cléa Silva de Miranda_____

Mestra em Saúde Coletiva pela Universidade Federal da Bahia, UFBA, Brasil.
Universidade Federal da Bahia.

A
Neide, minha avó, obrigada pela dedicação de toda uma vida!

AGRADECIMENTOS

Ao encerrar um ciclo é comum olharmos para trás, saudosa do caminho percorrido, relembando momentos, lugares e PESSOAS que foram fundamentais para que essa etapa chegasse ao fim.

Ser grata significa ter sempre a porta aberta para a felicidade. Nesse momento é preciso agradecer a Deus, acima de tudo e de todos. Ele que me deu vida e saúde, possibilitando transformar esse sonho em realidade.

Graduação na Universidade Federal da Bahia sempre foi um objetivo e agradeço aos meus pais, Rita e Luiz Cláudio, amores da minha vida, que se dedicaram desde sempre com a minha educação doméstica, moral e cívica, estabelecendo limites quando necessário e transbordando amor e sabedoria sempre. Mãe, a senhora é uma joia preciosa na minha vida, eu te amo! Pai, o senhor é o melhor pai que alguém poderia ter, obrigada por tudo, te amo!

Agradeço a minha vó Neide por todos esses anos de cuidado, amor, carinho e dedicação. Sem ela eu não seria nada! Obrigada por todos os puxões de orelha e beliscões na barriga. Avó é mãe com açúcar! Mesmo com todos os percalços do caminho a senhora sabe o quanto eu te amo e sou grata por tudo! Sem ti, nada disso estaria acontecendo agora!

Agradeço aos meus familiares maravilhosos da família Ribeiro: minha vó Eva, minha madrinha, tias e tios, primas e primos que são como irmãos pra mim e a minha irmã Carol, a mais maluca de todas, por quem eu sinto um amor inigualável! Blood sisters, soul sisters! Só nós sabemos tudo que sentimos e vivemos! Obrigada pelos presentes mais maravilhosos da minha vida, meu anjinho Carlos Bernardo e meu filho Raphael Benjamin, eles trouxeram para minha vida uma fantástica e genuína felicidade e o sentimento de amor mais puro e verdadeiro. Amo vocês!

Aos familiares da família Cunha Campos obrigada por todos os momentos compartilhados. Estar com vocês é sempre uma experiência única. Obrigada meu padrinho, tias e tios, primas e primos, meu irmão lindo Gabriel e minha afilhada Maria Luiza. Vocês são um exemplo de família, amo vocês!

Agradeço às minhas amigas Diana, Jessiane e Cintia por fazerem questão de estar na minha vida em todos os momentos, sejam eles bons ou ruins. Graças a Deus, na grande maioria das vezes a felicidade acampa ao nosso lado e vocês são responsáveis

por isso. A amizade verdadeira é um tesouro e, por isso, trago vocês a sete chaves no meu coração!

Minha **Panelinha do Amor**, Panelão Fiel, CONFRARIA... O nome não importa tanto! O que importa é o amor e a dedicação por nós despendida ao longo desses quatro anos! Os presentes que a UFBA me deu e hoje não consigo mais imaginar minha vida sem elas. Sou grata a Deus por ter colocado vocês na minha vida, vocês foram combustível para os meus dias, alicerce no processo de graduação. Obrigada pela empatia surreal, pelo apoio incondicional, pela partilha de conhecimento e experiências, por permitirem entrar na vida de vocês e aceitarem entrar na minha. Obrigada por todos os quilos adquiridos ao longo da graduação, pois são prova viva de que dinheiro não compra felicidade, mas compra comida e isso é quase a mesma coisa! A vocês: Amanda Magalhães, Andressa Caroline, Bruna Souto, Manuela Lima, Nayara Torres, Saara Castro, Safira Almeida e Shirley Cruz.. Muito obrigada! Se hoje chego ao fim dessa etapa, vocês são responsáveis diretas!

Agradeço aos demais colegas da UFBA que permitiram muitas trocas, risadas e papos interessantes! Em especial Ana Beatriz, Hugo e Isabel. Agradeço também à Comissão Eficiência por toda a partilha em construir uma solenidade digna da turma de Serviço Social 2014.1. Agradeço às companheiras do Centro Acadêmico de Serviço Social Mãe Preta, muito do meu amadurecimento pessoal e profissional saiu da convivência com vocês! Obrigada!

Agradeço ao senhor João Bosco e toda a equipe da Aliança Bahiana (Davilson, Thais, Jorge e Bruno) que entenderam as limitações impostas pela vida acadêmica e, mesmo assim, abraçaram a mim e ao meu trabalho, auxiliando sempre que possível nas minhas demandas.

Agradeço a Andréa, minha supervisora de campo, um exemplo de profissional. Palavras nunca serão suficientes para agradecer o empenho em sanar todas as dúvidas do meu dia a dia, me mostrando as possibilidades existentes e pela ajuda dispensada em todo o percurso de estágio supervisionado. Agradeço também aos demais profissionais da unidade de saúde campo de estágio pelos bons momentos de aprendizagem e amizade. Já estou com saudades e quero voltar, agora como profissional.

Agradeço à minha orientadora de monografia, Jacqueline Samagaia, que embarcou comigo nessa jornada e foi fundamental para que eu chegasse até aqui! Ela aceitou o desafio de orientar uma aluna complicada e perfeitinha (brincadeira!), respeitando meu tempo, entendendo minhas necessidades de uma forma sempre gentil,

sincera, competente e profissional. Obrigada pelos momentos maravilhosos de orientação e descontração! As melhores coisas da vida não são coisas e nosso encontro não aconteceu por acaso. Admiro-a agora, ainda mais, como pessoa e profissional!

Agradeço às docentes de Serviço Social da UFBA, em especial as professoras Marina Cruz, Larissa Vieira Barros e Geysel Miranda pelo trabalho por elas desenvolvido. Referências que levarei comigo por toda a vida.

Agradeço à professora Ana Cláudia e à professora Geysel por aceitarem participar e compor a banca desse trabalho, bem como, pela importância delas ao longo do processo de graduação.

Agradeço a todas as pessoas que ao longo da vida estiveram comigo e aqui não foram mencionadas, todas tiveram valor fundamental na transformação da mulher que sou hoje.

CAMPOS, Thamara Kristina Santos. A PERCEPÇÃO DAS TRABALHADORAS DA SAÚDE SOBRE A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: estudo da realidade de um hospital da rede metropolitana de salvador.– UFBA. 62 f. Monografia (graduação) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

RESUMO

O presente estudo desenvolve a temática da divisão sexual do trabalho, especificamente no âmbito da saúde, objetivando entender como as diferenciações de gênero no espaço laboral interferem na vida das trabalhadoras. Para isto, a metodologia utilizada foi um levantamento bibliográfico sobre o tema e uma pesquisa de campo, cujo instrumento de coleta de dados foi a entrevista, realizada com sete profissionais da saúde de um hospital da rede metropolitana de Salvador-BA, campo de estágio obrigatório em Serviço Social, realizado durante o curso de graduação na Universidade Federal da Bahia. Utilizou-se a produção teórica de trabalho, gênero e divisão sexual do trabalho na saúde, com vistas a aprofundar o conhecimento sobre trabalho e gênero de forma correlata. A realidade encontrada nos depoimentos das entrevistas evidenciou distinções de gênero no espaço de trabalho, sobretudo evidenciadas na desigualdade entre melhores cargos e melhores salários. No entanto percebeu-se a dificuldade de reconhecimento dessas desigualdades, o que se considera ser produto da naturalização das distinções de gênero e, conseqüentemente, da divisão sexual do trabalho.

Palavras-chave: trabalhadoras da saúde, precarização do trabalho feminino, divisão sexual do trabalho na saúde, gênero.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
PARTE I: O TRABALHO NO CONTEXTO DO CAPITALISMO, O GÊNERO FEMININO E OS REBATIMENTOS DA PRECARIZAÇÃO SOCIAL.....	20
2. O MUNDO DO TRABALHO.....	21
2.1 O TRABALHO NA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL.....	21
2.2 O TRABALHO NO CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA.....	25
3. GÊNERO FEMININO, FEMINISMOS E AS RELAÇÕES SOCIAIS.....	29
3.1 A CONDIÇÃO DE GÊNERO COMO AGRAVANTE NA PRECARIZAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO.....	34
PARTE II: CONHECENDO A REALIDADE DAS TRABALHADORAS DA SAÚDE.....	38
4. DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NA SAÚDE: ANÁLISE DA VIDA PESSOAL E PROFISSIONAL DAS TRABALHADORAS DE UM HOSPITAL DA REDE METROPOLITANA DE SALVADOR-BA.....	39
4.1 CARACTERIZANDO AS ENTREVISTADAS.....	39
4.2 AS CONDIÇÕES DE TRABALHO E VIDA DAS PROFISSIONAIS DA UNIDADE OBJETO DE ESTUDO.....	42
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
REFERÊNCIAS.....	56
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	61

1. INTRODUÇÃO

A imersão em campo de estágio supervisionado durante o curso de graduação em Serviço Social na Universidade Federal da Bahia foi realizada na área de saúde, permitindo verificar as distintas formas ocupadas pelas mulheres em relação aos homens no cotidiano profissional nesta área. O estágio foi realizado em hospital da região metropolitana de Salvador-BA, situação na qual observou-se a distribuição bastante desigual entre profissionais homens e mulheres em relação à função exercida.

Uma das questões bem visíveis é o fato de que, em sua maioria, as mulheres atuam na saúde em profissões relacionadas ao cuidado com o outro como enfermagem, fisioterapia e nutrição. Já os homens atuam em postos mais relacionados à parte administrativa e exercício médico, postos esses que são mais valorizados e de maior prestígio social. Os médicos e os representantes administrativos (homens, em sua grande maioria) estão em alto escalão na hierarquia da instituição.

Ao ampliar sua participação no mundo do trabalho, ao longo da história, as mulheres defrontam-se com condições desiguais de valorização se comparadas aos homens. Essa imposição social de inferioridade é uma característica da sociedade patriarcal. Definição esta que tem origem na palavra grega patriarca – chefe ou pai de família – termo que se refere à concentração de poder pelos homens, constituindo um desequilíbrio de poder, expresso através de um sistema de dominação que perpassa as dimensões da sexualidade, da reprodução e das relações entre homens e mulheres. (AGUIAR, 2000.).

A divisão sexual do trabalho perpetuada na sociedade capitalista é resultado dessa relação hierárquica entre homens e mulheres e como consequência dessa assimetria se configuram as distintas formas de vivenciar as relações e condições de trabalho. Conforme Hirata e Kergoat (2007, p. 599.):

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é historicamente adaptada a cada sociedade. Tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares etc.).

Pode-se inferir que a “divisão sexual do trabalho baseia-se na ideia de uma relação antagônica entre homens e mulheres. [Ela] é considerada como um aspecto da divisão

social do trabalho e nela a dimensão opressão/dominação está fortemente contida.” (HIRATA apud NASCIMENTO, 2014, p. 43.).

Deste modo, a divisão sexual do trabalho compreende a valoração dos espaços sócio ocupacionais entendidos como masculinos, bem como, a segregação dos femininos, situação reforçada cultural e socialmente a partir das relações de gênero.

Por gênero, entende-se, conforme considerado por Scott (1994, p. 13) “a organização social da diferença sexual percebida. O que não significa que gênero reflita ou implemente diferenças físicas e naturais entre homens e mulheres, mas sim que gênero é o saber que estabelece significados para as diferenças corporais.”.

Desta forma, seguindo os passos da autora, percebemos o gênero como uma construção social e cultural que refuta o binarismo – homem e mulher – reflexos apenas do sexo biológico, estando a categoria gênero imbricada das relações hierárquicas de poder entre os sexos.

No âmbito das ciências ou da produção de conhecimento sobre a sociedade, no período pré-capitalista e até nos primórdios do capitalismo, não eram abordadas as relações de gênero. Partia-se do pressuposto de que homens e mulheres viviam a mesma situação ou a mesma condição social, desconsiderando as relações de desigualdade entre eles. Os questionamentos da desigualdade de gênero e suas consequências na vida das mulheres, muitas vezes despercebidas ou naturalizadas, embasaram a busca pela superação das construções sociais do feminino e do masculino.

A questão central foi, então, a luta pela equidade de gênero como fundamental para a emancipação feminina, compreendendo que às mulheres era negado o acesso aos recursos, à educação e ao trabalho no espaço público, pois a vida das mulheres se restringia ao ambiente doméstico e à reprodução.

A economia neoclássica foi pioneira no tratamento de questões relacionadas às mulheres (o que não significa necessariamente questões de gênero). Esses modelos, no entanto, não permitiam perguntar e responder às questões sobre as relações assimétricas de poder levantadas pelas feministas, já que partiam do pressuposto de relações sociais harmoniosas, o que não permitia entender interesses conflitantes entre membros de uma mesma família e na sociedade. (AGUIAR, 2012, p. 242).

Percebeu-se aos poucos que a divisão sexual do trabalho se perpetuou, ostentando uma hierarquização entre funções e atividades. Neste contexto, as características necessárias são definidas a partir das considerações de habilidades tidas como femininas e masculinas. "As funções produtivas passaram a ser vistas como

públicas e inerente aos homens. As funções de consumo e reprodução foram associadas ao espaço privado e às mulheres." (AGUIAR, 2012, p. 244).

Seguindo esta lógica, na construção histórica das sociedades ocidentais, são impostas às mulheres profissões periféricas e que remetem ao cuidado com outro, por serem consideradas tarefas mais "fáceis" de desempenhar, considerando o lugar "do lar" ocupado historicamente pelas mesmas, lugar que vincula obrigações de mães e esposas com ações educativas, de carinho, cuidado e proteção. Aos homens historicamente foram destinados os cargos de maior prestígio social, entendendo-se, a partir destas considerações, que estes possuíam melhores condições de aptidão lógica e força física. Assim,

Compreender o trabalho como uma atividade social permite destacar o caráter cultural das concepções que diferenciam trabalho feminino e masculino, evidenciando, ainda, a noção de que as habilidades necessárias para a realização desta ou daquela atividade não são naturalmente determinadas pelo sexo, mas são construídas no contato com o mundo concreto. (MORAES, 2016. p. 13).

Essas concepções resultam no desfavorecimento do público feminino no mercado de trabalho, mesmo quando essas desempenham funções socialmente determinadas como masculinas.

No Brasil atual, esta realidade ainda se mostra bastante preocupante. É possível identificar essas diferenciações a partir da consulta e análise de dados divulgados pelo levantamento publicado no Fórum Econômico Mundial (FEM) de 2014 mostrando que "apesar de ter mantido índices de igualdade entre homens e mulheres nas áreas da saúde e educação, o Brasil perdeu posições nas estatísticas que medem a participação feminina na economia e na política. A maior queda ocorreu na avaliação que considera salários, participação e liderança feminina no mercado de trabalho". (BELCHIOR, 2014.).

O relatório mede as disparidades entre homens e mulheres em quatro áreas: acesso à educação; saúde e sobrevivência; oportunidade econômica e empoderamento político. As diferenças entre homens e mulheres no que tange a atividade profissional permaneceram no relatório de 2016 que expõe que o progresso em direção à paridade é o menor desde 2008.

Por trás desse declínio está um número de fatores. Um deles é o salário, com mulheres ao redor do mundo ganhando, em média, pouco mais da metade que os homens ganham, apesar de trabalharem, em média, mais horas, levando em consideração trabalho remunerado e não remunerado. Outro desafio persistente é a participação na força de trabalho estagnada, com uma média global de 54% para mulheres,

comparada com 81% para homens. O número de mulheres em altos cargos também se mantém persistentemente baixo, com apenas quatro países no mundo tendo igual número de legisladores, oficiais de alto escalão e gerentes homens e mulheres, apesar do fato de 95 países agora terem tanto quanto, se não mais, mulheres com educação em nível universitário. (CANN, 2016.).

A inserção da mulher no mercado de trabalho formal denota um acontecimento histórico, cujo período teve início na Revolução Industrial (séc. XVIII) que desencadeou um processo que necessitava de mão de obra barata e moldável às exigências da produção. A mulher ocupava o papel de trabalhadora no espaço doméstico quando as Guerras Mundiais I (1914 – 1918) e II (1939 – 1945) retiraram os homens, provedores do lar, das suas casas para batalharem nos conflitos, sendo necessário que a mulher assumisse os negócios da família e exercessem ocupação profissional. (BAYLÃO, SCHETTINO, 2014).

A Revolução Industrial compreendeu a transição do processo de produção artesanal para manufatura. Nesse sistema de produção, os instrumentos - ferramentas e maquinaria - pertencem ao capitalista, restando aos trabalhadores a venda da sua força de trabalho. O desenvolvimento fabril demandou um grande número de trabalhadores, sendo que, nesse contexto, as mulheres aglutinaram a classe operária nas fábricas das grandes cidades que mais tarde virariam metrópoles.

Como fruto deste início do período industrial, surge no Reino Unido o primeiro movimento de ativistas feministas no mundo, "Suffragettes" – Sufragistas – cujas componentes baseadas nos ideais iluministas da Revolução Francesa de igualdade e liberdade, não aceitaram passivamente as condições socialmente impostas que restringiam a participação da mulher na vida pública e política. Constitui esse momento histórico um marco sociopolítico na agenda de luta das mulheres, cuja pauta central reivindicava a extensão do direito ao voto pelas mulheres – o sufrágio universal – e a participação dessas na vida política.

Em 1897 foi fundada a União Nacional pelo Sufrágio Feminino, comissão que representou um marco inicial do movimento feminista, sendo que, em suas reivindicações questionavam a aplicabilidade das leis ao público feminino sem que as mulheres participassem do processo de construção, elaboração e disputa do pleito eleitoral. A partir disso, as mulheres se aglutinaram na luta que resultou nas conquistas durante a Revolução Francesa. Foi no século XIX, então, que germinaram as lutas

políticas em busca da igualdade entre os gêneros e da inserção da mulher na vida pública da sociedade.

Ao longo da década seguinte, já no contexto do capitalismo, eclodiram vários movimentos de reivindicações de mulheres, sendo as estadunidenses protagonistas nessa onda revolucionária. Caracterizam-se por movimentos feministas o coletivo de resistência contra todas as formas de violência e opressão cometidas contra as mulheres, bem como, a luta pela equidade e igualdade entre os gêneros.

Durante esse período a estrutura da produção foi transformada. A industrialização agregou mulheres ao processo, muitas vindas da zonal rural. Constituiu esse processo de urbanização uma forma das mulheres se conscientizarem dos seus direitos e se organizarem para exigí-los. Participando ativamente do processo de produção passaram a exigir também a participação na democracia.

O momento internacional do pós-guerra resultou em transformações societárias. O capitalismo glorioso inicia seu declínio, consequência de uma grande crise de superprodução, exigindo uma reordenação que o molde aos padrões de necessidade do mercado de consumo. Com a crise do Estado, são reconstituídas "diversas formas voluntárias de serviços, geridas pelas igrejas e outras organizações privadas, para quais as mulheres são mão de obra gratuita e exército de reserva". (JUTEAU; LAURIN apud FALQUET, 2016, p. 40).

Mantendo essa perspectiva de inserção de forma desvalorizada no mercado, percebemos que "uma parte crescente do trabalho geralmente atribuído às mulheres parece sair do contexto conjugal-familiar para ser realizado de maneira remunerada no mercado." (FALQUET, 2016, p. 37.). Constitui o trabalho feminino, então, ferramenta importante para benefício do capital, principalmente por auxiliar no reordenamento para superação da crise.

O trabalho das mulheres possui especificidades que favorecem ao mercado. As duplas jornadas e a responsabilização familiar dessas constituem condições peculiares de exploração no contexto capitalista. No âmbito familiar é dispensado à figura feminina a responsabilidade de cuidar de si, dos outros e da casa, além de desenvolver atividades de trabalho fora do espaço doméstico, o que influencia na luta feminista pelo reconhecimento das diferenciações entre homens e mulheres e na superação da desigualdade.

É nessa década (anos 1970) que o combate à opressão contra a mulher se torna mais acentuado, onde era preciso mais do que nunca lutar pela sua emancipação econômica e social, pelo seu direito ao trabalho, com todas as especificidades que isso implica, como por exemplo, salários iguais para trabalhos iguais, além da reivindicação de uma divisão mais justa no trabalho doméstico, na esfera reprodutiva, libertando, ao menos parcialmente, a mulher da dupla jornada. (NOGUEIRA, 2010, p. 59).

No Brasil, a organização do movimento feminista ou a luta por igualdade de gênero teve sua gênese na participação política, através da extensão do direito ao voto para as mulheres e a liberdade de acesso aos campos de trabalho no início do século passado (séc. XX). Naquele momento, as lutas passaram a buscar igualdade de direitos e equiparação salarial.

Ao longo do século XX, o desenvolvimento industrial avançou apontando para um significativo crescimento econômico, mas que não teve impacto sobre as desigualdades de gênero que estruturaram e configuraram o mercado de trabalho. (LAVINAS, CORDILHA, CRUZ, 2016, p. 108.).

As modificações ocorridas no âmbito do processo de produção capitalista também rebateram no país e tiveram impactos diferentes no trabalho de homens e mulheres. Nas últimas décadas acontece um processo que se denomina como acumulação flexível, que constitui um novo modelo do processo de produção baseado na intensificação da exploração do trabalho e na flexibilização dos direitos.

Conforme Druck (2011), as transformações do trabalho inscritas no marco da reestruturação produtiva nas últimas décadas podem ser traduzidas nos processos de “flexibilização, desregulamentação e precarização social.”. Significa dizer que o processo de flexibilização constitui uma etapa fundamental no desenvolvimento do sistema capitalista que corrobora com a precarização social do trabalho, na reorganização e reestruturação do capital.

Compactuamos com as definições das novas configurações trabalhistas flexíveis, cuja mercadoria força de trabalho perde, cada vez mais, seu valor, mas ainda assim permanece indispensável ao processo de produção. “Assim como o capital torna “supérfluas” suas mercadorias, sem as quais, entretanto, não pode sobreviver, o mesmo capital torna “supérflua” sua mercadoria força de trabalho, sem a qual também não pode sobreviver.” (ANTUNES, 2005, p. 28.).

As novas formas de organização do capital constituem estratégia de dominação, ou seja, refletem nas condições precárias do trabalho. Temos a flexibilização das

relações de trabalho e o processo de terceirização como exemplos de precarização. O que pode ser definido através de novas configurações do trabalho, tais como:

O trabalho precário em suas diversas dimensões (nas formas de inserção e de contrato, na informalidade, na terceirização, na desregulação e flexibilização da legislação trabalhista, no desemprego, no adoecimento, nos acidentes de trabalho, na perda salarial, na fragilidade dos sindicatos) é um processo que dá unidade à classe que vive-do-trabalho e que dá unidade também aos distintos lugares em que essa precarização se manifesta. Há um fio condutor, há uma articulação e uma indissociabilidade entre: as formas precárias de trabalho e de emprego, expressas na (des)estruturação do mercado de trabalho e no papel do Estado e sua (des)proteção social, nas práticas de gestão e organização do trabalho e nos sindicatos, todos contaminados por uma altíssima vulnerabilidade social e política. (DRUCK apud DRUCK, 2011, p. 41.).

Inseridas na lógica capitalista, as mulheres sofrem os rebatimentos das modificações nas condições de trabalho. Há o agravo da precarização desse público por estarem as relações sociais imbricadas pelas opressões de gênero, o que não se pode anular ao abordar o trabalho como uma categoria social.

A Constituição Federal do Brasil, promulgada em 1988 prevê a isonomia de direitos e obrigações entre homens e mulheres, porém, a diferenciação entre gêneros resulta de um preconceito histórico. O preconceito de gênero pode ser entendido como a condição de intolerância ou hostilidade assumida por conta de uma generalização, nesse caso, em relação ao gênero feminino.

Diante disso, as desigualdades entre homens e mulheres no desempenho das atividades profissionais são percebidas mesmo quando esse preconceito é velado. São exemplos dessa desigualdade a remuneração desigual para um trabalho, mesmo quando homens e mulheres tem a mesma qualificação profissional, bem como o acesso privilegiado dos homens aos cargos de maior prestígio social.

Ao entender as especificidades do gênero feminino e a sua condição sócio-histórica de subalternidade é que se tem como desafio compreender como essas desigualdades são construídas e vivenciadas no ambiente de trabalho e na vida cotidiana.

Destarte, a precarização social do trabalho feminino permaneceu viva ao longo de todo o período histórico, mesmo metamorfoseando-se, não deixou de se apresentar na sociedade como uma das formas mais perversas de desigualdade. Consideramos como precarização social do trabalho a acepção de Druck (2012) que compreende um

processo econômico, social e político alastrado na dinâmica do capitalismo flexível que no contexto contemporâneo se impõe como regra e estratégia de dominação.

Entende-se por “precarização social” um processo de institucionalização da instabilidade, caracterizada pelo crescimento de diferentes formas de precariedade e de exclusão. Este processo multidimensional corresponde, no plano econômico, à busca de uma diminuição nos custos de produção e se apoia na flexibilidade. Esta é considerada, muito frequentemente, uma tendência inevitável das reestruturações contemporâneas para fazer face às novas regras da concorrência internacional. (APPAY E THÉBAUD-MONY apud APPAY E THÉBAUD-MONY, 2009, p. 193.)

Várias áreas do trabalho foram impactadas pela precarização, sobretudo os espaços relacionados aos serviços que já eram marginalizados no enfoque da produção capitalista e que são oferecidos pelas políticas públicas, como a saúde. A prática profissional no segmento da saúde se origina de uma concepção católica que remete ao cuidado, ao agir caridoso. A observação dos fenômenos e estudos na área propiciou um ganho de experiência, tornando o cuidado na saúde algo mais específico, direcionado para a cura da doença e manutenção do bem-estar. "O cuidado não é apenas uma atitude de atenção, é um trabalho que abrange um conjunto de atividades materiais e de relações que consistem em oferecer uma resposta concreta às necessidades dos outros." Definição dada pelo Colóquio Teorias e Práticas do Cuidado. (KERGOAT, 2016, p. 17.).

Ao analisar o contexto no qual se deu a inserção feminina no universo laboral percebemos que, embora seja alto o índice de participação no mercado de trabalho e das mulheres estarem atualmente mais escolarizadas e informadas, os homens obtêm as melhores condições de trabalho. (BAYLÃO; SCHETTINO, 2014. p. 7). Essa hierarquia sexual é percebida nas mais diversas áreas de atuação profissional.

A área de trabalho em saúde é reconhecida socialmente como lugar de mulher, visto que as profissões que remetem ao cuidado são lidas como femininas por se aproximarem das atividades já desempenhadas por mulheres no espaço doméstico e privado. Nesse contexto, a divisão sexual do trabalho em saúde se perpetua, ostentando uma hierarquização entre trabalhos considerados de homens e de mulheres, algo reforçado cultural e socialmente a partir das relações de gênero, sendo que, predominantemente as mulheres atuam nas funções voltadas essencialmente ao cuidado.

A saber, a desvalorização das profissões de saúde, excluindo a medicina, se mantém por entender-se que as funções vinculadas a essa área, tais como enfermagem,

fisioterapia, nutrição etc, poderiam ser desenvolvidas sem um conhecimento teórico e técnico mais consistente. Isso ocorre pelo fato dessas profissões estarem vinculadas a tarefas do cuidado, historicamente atreladas ao trabalho das mulheres.

Mas essa não é a realidade. Se em período anterior à organização da sociedade moderna, essas tarefas eram realizadas baseadas no conhecimento popular, aos poucos tais profissões foram ganhando caráter mais técnico, baseado no desenvolvimento da ciência, exigindo então competências e qualificações. Na atualidade essas profissões então regulamentadas e apresentam um vasto conteúdo acerca da saúde em sua totalidade social, não restrita à ausência de doença.

Assim, ao longo dos anos, a distinção entre profissionais médicos – em sua maioria homens – e demais profissionais da saúde – em geral mulheres, se perpetuou com diferenças significativas na valorização desses postos de trabalho. A profissão de enfermagem é um exemplo da desvalorização do trabalho tido majoritariamente como atribuído às mulheres, pois juntamente com a medicina compõe o corpo de profissionais que estão mais próximos dos pacientes e, conseqüentemente, apresentam maior responsabilidade por eles.

O estigma da enfermagem como uma profissão menos valorizada ainda permanece mesmo sendo esses profissionais os que mantêm maior proximidade com os usuários do serviço de saúde, sendo fundamentais no processo de manutenção e garantia do bem-estar. Na hierarquia das profissões, a área de enfermagem é percebida socialmente como inferior, desvalorizada, por desempenhar funções de limpeza dos pacientes e administração de medicamentos.

Para além da enfermagem, as demais profissões da saúde que estão vinculadas ao cuidado com o outro mantêm um patamar similar de inferioridade na valorização do trabalho, sendo que a maioria das profissionais que atuam nessas áreas são mulheres.

Isso posto, o objeto desse estudo foi a distinção das condições de trabalho das mulheres em relação aos homens na saúde, tomando como referência um hospital da rede metropolitana de Salvador-BA.

Tivemos como objetivo geral analisar como a assimetria entre os gêneros interfere na precarização social do trabalho feminino em determinado hospital na região metropolitana da capital baiana. Para entender as especificidades dessas trabalhadoras em seu cotidiano profissional partimos de objetivos como: resgatar historicamente a inserção das mulheres no mundo de trabalho; investigar como são percebidas as

diferenciações de gênero pelas profissionais de saúde no hospital em questão e conhecer os rebatimentos da precarização social do trabalho na vida dessas trabalhadoras.

O estudo foi realizado através de levantamento bibliográfico e de pesquisa de campo. Com relação à metodologia da coleta de dados, utilizamos a pesquisa qualitativa. Entendemos a relevância dessa técnica por possibilitar uma análise dos dados que "envolve uma abordagem interpretativa do mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem (DENZIN; LINCON apud AUGUSTO et al, 2013, p. 747.).

Vieira e Zouain (apud AUGUSTO et al, 2013, p. 747.) afirmam que “a pesquisa qualitativa atribui importância fundamental aos depoimentos dos atores sociais envolvidos, aos discursos e aos significados transmitidos por eles. Nesse sentido, esse tipo de pesquisa preza pela descrição detalhada dos fenômenos e dos elementos que o envolvam”.

O instrumento de pesquisa escolhido para coleta de dados foi o da entrevista semiestruturada por entender que apresenta condições mais favoráveis às pessoas envolvidas (entrevistadora e entrevistada) por ser mais flexível e permitir abordar o assunto de forma mais precisa.

A relevância dessa pesquisa, enquanto futura assistente social, perpassa pela nossa condição de mulher, por compreender que as relações de gênero estão imbricadas de poder e que a precarização social do trabalho feminino, persiste de forma exacerbada na sociedade capitalista. Configura-se um estudo importante para o Serviço Social por se tratar de uma profissão eminentemente feminina, balizada em um projeto ético político e profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, que defende a democracia e a igualdade de gênero, princípios materializados no código profissional da categoria, conforme segue:

VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; (...)

VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero. (Código de Ética do Assistente Social, 2012, p. 23 e 24.).

A necessidade de compreender as diferenciações de gênero expressas nas desigualdades da sociedade capitalista configura, por fim, a relevância deste trabalho. Este debate é importante para as/os profissionais de saúde que vivenciam a lógica da

divisão sexual do trabalho, também permeada pelas conformações assimétricas de gênero na sociedade.

O trabalho divide-se em três capítulos. Nos primeiros dois capítulos busca-se uma revisão bibliográfica para embasar as categoriais fundamentais na divisão sexual do trabalho – trabalho e gênero. No primeiro capítulo faz-se uma historicização dos processos de trabalho, apreendidos a partir da perspectiva teórica do materialismo histórico dialético (MARX), elencando relevantes problemáticas a respeito da precarização do trabalho e das novas configurações do capitalismo. No segundo capítulo foi feita uma abordagem histórica da categoria gênero, revisitando autoras como Joan Scott, Simone de Beauvoir, Helena Hirata, entre outras. No terceiro capítulo abordou-se a imbricação entre trabalho, gênero e saúde a partir da pesquisa de campo realizada que expõe a divisão sexual do trabalho e os resultantes dessa divisão nas condições de vida das mulheres.

Com relação aos resultados obtidos a partir do estudo, a observação permitiu verificar que a maioria das profissionais são mulheres, mas que essa realidade é divergente no caso da medicina, profissão de maior prestígio e *status* social. Pode-se relacionar esta situação com outras realidades como a encontrada no estudo realizado no Hospital Universitário Clemente de Faria da Universidade Estadual de Montes Claros – MG, cujos resultados apontaram para a formação de guetos sexuais profissionais (DURÃES et al, 2010.), situação reforçada pela vinculação de atributos masculinos ou femininos a postos de trabalho.

Embora os dados levantados nas entrevistas denotassem a tendência à naturalização das diferenças entre homens e mulheres na área de saúde, as condições apontadas por elas, as quais são vivenciadas no cotidiano de trabalho profissional e doméstico explicitam essas diferenças.

Toda a discussão do trabalho deixou claro que o segmento da saúde é considerado feminino, o que é reforçado pela divisão social e sexual do trabalho. Mostrou ainda que se perpetua a responsabilização das mulheres pelo trabalho doméstico. Constitui-se, deste modo, o trabalho como “o lugar central para criação e a reprodução das diferenças e desigualdades de gênero”. (WILLIANS apud DURÃES et al, 2010.).

**PARTE I: O TRABALHO NO CONTEXTO DO
CAPITALISMO, O GÊNERO FEMININO E OS REBATIMENTOS
DA PRECARIZAÇÃO SOCIAL.**

2. O MUNDO DO TRABALHO

“O único pressuposto para a existência humana é que os homens precisam produzir para sobreviver”. (MARX apud SILVA, 2012, p. 13).

Ao estudar a divisão sexual do trabalho na saúde é fundamental situar qual abordagem da categoria trabalho está subsidiando a discussão e como se deu a inserção da mulher nesse espaço. Então, nessa parte apresentamos algumas discussões acerca do mundo do trabalho com breve histórico dos processos produtivos que se constituíram no âmbito do capitalismo, com maior foco do estudo no momento atual e nos rebatimentos destes processos na vida dos trabalhadores.

A divisão da sociedade em classes é uma expressão do capitalismo na organização da vida social. Este sistema abarca duas classes antagônicas e indissociáveis: a burguesia e o proletariado. Ambas se relacionam e se reproduzem concomitantemente. Partimos do pressuposto de que “as classes sociais, em Marx, são definidas rigorosamente no interior de sua teoria da economia política, ou seja, de acordo com o sistema de produção capitalista e através da mudança histórica.” (GUIMARÃES, 2016, p. 28).

As determinações sociais e, conseqüentemente, econômicas na sociedade capitalista se dão a partir das relações sociais. A divisão da sociedade em classes reflete o que está intrínseco na sociedade burguesa: de um lado estão os detentores dos meios de produção e, do outro, a classe operária que dispõe apenas da sua força de trabalho para se reproduzir e se manter. Assim, constitui o trabalho na sociedade capitalista uma realidade que expressa essas duas classes de modo conflituoso e antagônico, sendo uma destas expressões, a divisão sexual do trabalho que é objeto deste estudo, a qual, em relação às outras formas de clivagens, constitui as desigualdades postas por este sistema.

2.1 O TRABALHO NA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL

Trabalho é uma palavra de origem latina que significa castigo¹ mas também pode remeter à perda da liberdade. O trabalho evolui assim como o homem e as suas

¹A grande maioria dos pesquisadores parece ter batido o martelo em relação à origem da palavra trabalho: ela viria de *tripalium* (ou *trepalium*), que era, a princípio, um instrumento utilizado na lavoura. Em fins do século VI, este passou a ser também o nome de um instrumento romano de tortura. A palavra é composta por “*tri*” (três) e “*palus*” (pau) - o que poderia ser traduzido por “*três paus*”. Argumenta-se que daí surgiu

configurações são modificadas a partir das variantes políticas, culturais, econômicas e sociais. “O trabalho constitui o ato que funda a consciência dos homens e os processos de objetivação dos objetos em coisas úteis para a vida humana.” (SILVA, 2012, p. 13.).

No regime primitivo a busca pelos alimentos correspondia ao suprimento das carências básicas de sobrevivência. As ferramentas utilizadas para desenvolver esse tipo de trabalho eram rústicas e não especializadas e a produção estimava atender apenas às necessidades de consumo. A partir do momento que os indivíduos produzem o excedente – plantam e estocam alimentos, as configurações de trabalho começam a ser modificadas.

O trabalho escravo constitui elemento de transição fundamental para o regime capitalista. Nas palavras de Jacob Gorender (2000, p. 21), podemos distinguir o trabalho livre do trabalho escravo:

O trabalhador livre se caracteriza pelo fato de não vender por toda a vida a sua força de trabalho. O trabalhador livre é dono de sua força de trabalho e recebe do capitalista um salário em troca do uso dela estritamente durante certo período, calculado em horas, dias, semanas ou meses. Já o escravo não pode vender sua força de trabalho porque não é dono dela. Ele mesmo constitui uma propriedade. O proprietário do escravo é também dono das aptidões físicas e subjetivas, que constituem a força de trabalho dele.

Constitui o trabalho escravo uma expressão das relações de poder, onde a exploração acontecia em detrimento da classe social e a propriedade do escravo era imposta por meio de força física. A origem desse tipo de trabalho se perde na história, visto que muitos foram os povos e civilizações que se valeram da posse de outros indivíduos para realização de tarefas degradantes, menos valorizadas e mais exaustivas. Num passado mais recente essa concepção de escravidão foi associada à raça negra e os escravos eram desvalorizados não apenas pela classe considerada inferior, mas também pela sua cor.

Sob o impulso do colonialismo, as novas classes se constituíram por um novo demarcador, a raça. A divisão racial decorre do violento processo de comercialização de mão de obra escravizada para as colônias americanas e tem como centro o tráfico de pessoas do continente africano, habitado por povos e nações negras. Foram os africanos que mais padeceram por conta dessa imposição do homem como mercadoria e posse de outrem. Em determinado momento o tipo de escravidão ocorrida na Europa se mostrou

o termo *tripaliare* (ou *trepaliare*), que significava acometer alguém ao *tripalium*. Retirado de <http://www.ufrgs.br/e-psico/subjetivacao/trabalho/etim_trab.htm> em 15 jan. 2018.

lenta e pouco produtiva, pois os escravos apresentavam resistência e sabotavam os equipamentos/instrumentos de trabalho, o que levava à necessidade de altos números de escravos e também de soldados para a vigilância, o que encarecia o processo de produção. (SILVA, 2012).

Aos poucos a escravidão foi sendo substituída pela servidão no modo de produção feudal. No sistema feudalista as relações aconteciam entre os servos e seus senhores, através da relação com a terra. As glebas – lotes de terra – eram centrais nesse sistema de produção. Os servos pagavam obrigações aos senhores pelo uso da terra e em troca de proteção. No sistema feudal, os servos tinham uma relativa autonomia, pois mesmo trabalhando para os senhores feudais e pagando diversos tributos, eles eram detentores dos meios de produção, desta forma, os servos não são considerados escravos, mas também não são trabalhadores livres, já que eles tinham um vínculo de dependência com o feudo (a terra), pois era a partir do uso desta que conseguiam produzir para a sua sobrevivência. (IDEM).

A crise do feudalismo levou a elite a procurar soluções para a manutenção de suas propriedades e a opção pela criação de Estados nacionais foi uma das formas encontradas, o que reuniu elementos necessários para a própria destruição do sistema servil e ascensão do capitalismo já que o feudalismo não continha as condições necessárias à revolução burguesa.

Entende-se que no Brasil não houve o sistema feudal, transitando do escravismo colonial diretamente para o capitalismo. Deste modo, o escravismo colonial foi de suma importância para o período de acumulação burguesa. Funcionou como uma mola propulsora para a aglutinação de capital. As colônias produziam em grande escala para alimentar o mercado internacional em formação.

Numa lógica de atribuir mais valor às formas de circulação de mercadoria, não dando importância ao processo produtivo, as colônias mantinham os interesses da metrópole, controlando a circulação dos escravos para a garantia da produção. Na época, o absolutismo incorporava dois polos: de um lado a crise do sistema feudal e, do outro, o pleno desenvolvimento dos capitais comerciais. Mas para possibilitar a evolução do capitalismo tal como se apresenta hoje, precisaram ser criadas condições socioeconômicas e culturais, o que foi feito no período transitório, a chamada acumulação primitiva.

A acumulação primitiva constituiu o estágio inicial do capitalismo. Um período pré-capitalista que reuniu condições sociais, econômicas e culturais necessárias para a instauração do capital. Caracteriza-se como um processo pelo qual, através de violência, a burguesia – com o apoio do Estado – retirou dos campos os pequenos camponeses e trabalhadores arrendados, os ditos “servos”, transformando-os em trabalhadores “livres” que alijados dos meios de produção não tinham outra saída senão vender sua força de trabalho. Foram sendo extintos os camponeses, artesãos e pequenos proprietários de terra sem condições de sobrevivência. Esse acontecimento era fundamental para o capital, que necessitava de homens livres dispostos a vender sua força de trabalho. (SILVA, 2012.).

O dinheiro se valoriza no processo de circulação da mercadoria, não importando de que forma ela foi produzida, e sim a possibilidade de comprá-la barata e vendê-la mais cara, caracterizando a participação do mercantilismo no capitalismo comercial. "Graças ao aumento da produção e exportação de café nas últimas décadas do século XIX, numa época em que os preços desse produto eram favoráveis no mercado internacional, teve início um processo de acumulação de capital." (LEONARD; FOOT. 1982. p. 49).

No Brasil os homens livres e libertos não eram úteis, pois não tinham vivência de trabalho disciplinar regular, sendo considerados desqualificados para o trabalho. Para satisfazer essa necessidade foram trazidos pelo Estado, no período da industrialização (década de 1930), imigrantes europeus que já não tinham como sobreviver em seu país, devido à pobreza e exclusão social. Com o financiamento da imigração, criou-se o exército industrial de reserva com dois objetivos: Pressionar o rebaixamento do preço da força de trabalho e criar a concorrência entre os trabalhadores. Quanto mais fragmentada a classe, mais fácil de ser dominada pelo capital. Foi regulamentada pelo Estado a propriedade privada, impossibilitando a inserção dos imigrantes e ex-escravos nos espaços de trabalho que se constituíam neste novo cenário. (SILVA, 2012.).

Com a ebulição do capitalismo as formas de produção foram se modificando. O modo de produção não compreende apenas a produção propriamente dita, mas também a distribuição, circulação e consumo de bens materiais. Elas são fases distintas e interpenetradas e é a partir da produção que se estabelecem as relações sociais.

2.2 O TRABALHO NO CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

O sistema capitalista se expressa na acumulação de capital a partir da exploração da mão de obra, no trabalho. Deste modo, a produção de mais valia resulta do processo de trabalho no qual trabalhadores são alienados da riqueza socialmente produzida. Em outras palavras, a classe operária produz, mas não acessa essa produção, constituindo o processo de trabalho um dispêndio de energia muito além do necessário para reprodução material e espiritual dos trabalhadores, gerando lucro para os capitalistas. (MARX, 1989.).

No capitalismo, todas as relações giram em torno das relações produtivas, em prol do desenvolvimento do capital. É importante que se destaque que no processo capitalista o homem é responsável por produzir e reproduzir as condições para a sobrevivência humana e conseqüentemente da ordem vigente. Esse corrobora também para a reprodução das dimensões material e espiritual, sendo a primeira referente às condições que o sistema fornece para que o trabalho seja realizado como: matéria prima, salário, condições físicas para a produção, entre outros. Já a segunda, se define por questões ideológicas que fundamentam a vida do trabalhador como a religião, a política, as artes e outras.

Em uma sociedade capitalista, a reprodução da totalidade social significa contribuir para o engendramento da sociedade burguesa e seu conjunto de contradições presentes e fundamentais para a perpetuação da ordem vigente e das condições de vida dos trabalhadores. Nesta direção, explicita Iamamoto (1982):

Do ponto de vista da população trabalhadora, este processo se expressa numa pauperização crescente em relação do capital. [...] A exploração se expressa tanto nas condições de saúde, de habitação, como na degradação moral e intelectual do trabalhador; o tempo livre do trabalhador é cada vez menor, sendo absorvido pelo capital nas horas extras de trabalho, no trabalho noturno que desorganiza a vida familiar. (p. 73).

No capitalismo, a contradição das classes se expressa na interdependência entre elas. Burguesia e proletariado precisam uma da outra para se reproduzir. Enquanto a classe burguesa precisa dos trabalhadores para movimentar as engrenagens de acumulação do capital, estes precisam da burguesia para vender sua força de trabalho em troca dos salários que garantem a satisfação das necessidades básicas de sobrevivência.

É importante salientar que, ao longo do desenvolvimento do capitalismo, a rigidez dos processos de produção desencadeou alterações ocorridas no sistema para atender às necessidades de acumulação do capital, sobretudo nos momentos em que estava com dificuldades em manter o padrão de lucro. Os regimes de organização do trabalho na gênese do período industrial estavam voltados para a produção em massa através da divisão do trabalho, fragmentação da produção, baixos salários e extensas jornadas.

Dessa forma, o sistema tenta superar as dificuldades financeiras que estavam resultando na sua decadência. O capitalismo buscou então, através das modificações nas formas de produção, se desvencilhar das adversidades vivenciadas após o período glorioso.

O sistema capitalista, nas últimas décadas, se reconfigura e se aperfeiçoa na busca pelo aprofundamento das formas de exploração do trabalhador visando o aumento e perpetuação da acumulação de riqueza. Alastrado nas mudanças societárias, o modo de produção se tornou flexível, elevando ao máximo a extração da mais valia. No que se refere ao trabalho, houve um agravamento do processo de pauperização da classe trabalhadora que acaba por se submeter às condições precárias de trabalho.

Esse período, chamado de reestruturação produtiva, sintetiza os processos de flexibilização, desregulamentação e precarização social. (DRUCK, 2011, p. 9). A precarização exerce, então, papel fundamental para manutenção do lucro da burguesia que ganha mais e mais rápido que em outro momento do capitalismo, aliada à pauperização da classe trabalhadora. Este processo é operado pela hegemonia da esfera financeira que repercute em todas as dimensões da vida social dos trabalhadores e trabalhadoras.

Paralelo à flexibilização, há um aumento da população economicamente ativa, o que resulta no aumento do desemprego estrutural, ou seja, do exército industrial de reserva² que pressiona a classe operária a disputar entre si postos de emprego. O capitalismo, ao priorizar o desenvolvimento individual em detrimento do coletivo, fragmenta a classe trabalhadora que não se reconhece como explorada, criando formas de concorrência entre os trabalhadores, pressionados pelo desemprego estrutural.

² Expressão criada por Marx quando explicita que “a acumulação capitalista sempre produz, e na proporção de sua energia e de sua extensão, uma população trabalhadora supérflua relativamente, isto é, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente” (Marx, 1989, p. 731).

A sociedade capitalista sobrevive da premissa que o trabalho é necessário para a reprodução das condições materiais de vida dos trabalhadores. Além das diferenças de classe, as diferenças de gênero marcam as relações de trabalho. Nestes termos, concordamos que, “relações sociais assimétricas estão associadas à piora na qualidade de vida, ao aumento da violência e das discriminações.”. (IVO et al, 2012, p. 60).

A divisão social do trabalho reflete as diferenças nas formas de produzir ao longo da história, ou seja, como o trabalho se distribui em diferentes períodos e estruturas. A forma como se organizou essa divisão de funções e tarefas no âmbito do capitalismo diferenciou distintos grupos sociais, dentre eles as mulheres que foram excluídas inicialmente do processo direto de produção e direcionadas em larga escala à realização das atividades domésticas e/ou em outras funções desprivilegiadas no contexto da produção.

Os trabalhadores se submetem às condições impostas pelo capital por estarem inseridos no processo de precarização social do trabalho, uma nova forma de exploração, que se fundamenta em relações instáveis de trabalho. Diferente do período da revolução industrial, cuja aceleração do progresso econômico repercutia na vida dos trabalhadores através das lutas coletivas e das formas de modernização ocorridas, no contexto da flexibilização, nas últimas décadas, as relações trabalhistas ficam cada vez mais frágeis e os trabalhadores são sucumbidos às determinações capitalistas.

O intenso processo de mudanças no mundo do trabalho, baseado nas formas contemporâneas de organização da produção, tem gerado um contexto onde as condições de trabalho tornam-se cada vez mais flexíveis. Nesse sentido, há um aumento da precarização dos postos de trabalho, evidenciada na instabilidade dos empregos, na informalização, no trabalho subcontratado e em tempo parcial e ainda na perda de direitos e garantias trabalhistas historicamente construídas. (NASCIMENTO, 2014, p. 40).

Nesse contexto, a força de trabalho feminina que aglutinou a mão de obra empregada na produção do sistema capitalista está mais exposta às condições precárias do trabalho assalariado. As formas de exploração são aprofundadas quando se tratam de mulheres na produção, já que essas possuem uma mão de obra monetariamente desvalorizada que resulta num maior lucro para o empregador. As relações de trabalho são permeadas pelas desigualdades de gênero construídas socialmente que definem as ocupações conforme o sexo. Assim, segundo Nascimento (2014, p. 40.).

Essas mudanças têm repercutido fortemente sobre a classe trabalhadora, adquirindo um grande peso na inserção e nas condições de trabalho do segmento feminino, pois são as mulheres que mais sofrem com todo esse processo.

Destarte, a divisão sexual do trabalho é latente e se torna mais palpável quando conseguimos analisar de forma crítica a distinção entre os trabalhos considerados de homens e trabalhos considerados de mulheres, uma das formas de perceber o quanto as relações de gênero são imbricadas de poder. “É preciso compreender as relações sociais de dominação e de exploração como constituintes dos sexos e dos diferentes modos de regulação da sexualidade.” (GUIMARÃES, 2016, p.34).

Dessa forma, a “divisão sexual do trabalho sustenta e estrutura as relações desiguais de gênero. Essas desigualdades entre os sexos, geradas pela sociedade, são incorporadas pelo capital como mecanismo de elevação dos lucros e domínio ideológico e social.” (NASCIMENTO, 2014, p. 41).

3. GÊNERO FEMININO, FEMINISMOS E AS RELAÇÕES SOCIAIS.

Gênero é uma categoria construída num contexto de análise das relações sociais. A sociedade é dinâmica e contraditória e essa condição possibilita um fluente e contínuo movimento de mudança e reconstrução. Nessas contradições, a sociedade vai se refazendo e se modificando.

A análise, estudo e fundamentação da categoria gênero permite que se refute o binarismo entre os sexos - feminino e masculino, uma divisão biológica entre os sexos que é questionada a partir da discussão de gênero com vistas a desconstruir a relação de hierarquia entre as condições de homem e de mulher.

Importante o debate desta categoria no contexto desse estudo, cujos olhares estão voltados para o gênero feminino e os rebatimentos da divisão sexual do trabalho na vida das trabalhadoras da saúde. Historicamente a construção de gênero se deu ao questionar a dualidade entre os sexos, percebendo que não se limita a uma relação exclusivamente bilateral, mas carregada de diversos significados, alguns opostos e outros congruentes e similares. O gênero abarca questões sociais e culturais questionando as diferenças biológicas e sexuais.

O sistema sexo/gênero abarca um conjunto de arranjos pelos quais a sociedade transforma a sexualidade biológica em produto da atividade humana e no qual os desejos sexuais transformados são satisfeitos. O gênero é um elemento constitutivo da razão simbólica, determinando assim a impossibilidade de superação desse constrangimento. (HEILBORN, 1993, p. 61).

No sistema capitalista, permanecem assimétricas as relações sociais e de gênero, o que "embasa a organização da vida de muitas sociedades, norteadas pela ideia de que existiria uma superioridade física [...], produtiva, artística e intelectual dos homens em relação às mulheres". (SANTOS apud NASCIMENTO, 2014, p. 41).

A discussão de gênero se torna rasa se não considerarmos o berço das relações sociais entre homens e mulheres que constituem, conseqüentemente, as relações de poder. Perceber que as relações são desiguais e as condições de desenvolvimento para ambos são divergentes fica mais compreensível quando consideramos as características físicas como fundantes no processo de desigualdade, o que reproduz e naturaliza as diferenças sociais e trabalhistas entre os gêneros.

A própria história das mulheres vem sendo costumeiramente contada pelos homens. Ao instituir o masculino como norma, a linguagem torna-se poderosa arma de

reprodução e permanência da diferenciação entre homens e mulheres. Conforme Barre (apud BEAUVOIR, 2016, p. 7), "Tudo que os homens escreveram sobre as mulheres deve ser suspeito, pois eles são, a um tempo, juiz e parte." Essa condição foi *sine qua non* para que se instalasse e reproduzisse a cultura de gênero subalterno que configura mulheres como dependentes e vinculadas aos homens. Deste modo,

A relação dos dois sexos não é a das duas eletricidades, de dois polos. O homem representa a um tempo o positivo e o neutro, a ponto de dizermos "os homens" para designar os seres humanos, tendo-se assimilado ao sentido singular do vocábulo latino *vir* o sentido geral do vocábulo *homo*. A mulher aparece como o negativo, de modo que toda determinação lhe é imputada como limitação, sem reciprocidade. (BEAUVOIR, 2016, p. 12).

Aprofundar a discussão teórica sobre gênero tornou-se fundamental para nortear este estudo sobre a divisão sexual do trabalho na saúde e entender como a precarização do trabalho feminino foi alicerçada na diferenciação entre os gêneros, na distribuição de tarefas e atividades a partir do sexo biológico - aptidão física e condição natural.

No capitalismo, as mulheres, continuamente em condições marginalizadas, foram submetidas à ideologia da feminilidade que Davis (2016) informa ser um subproduto da industrialização, que restringia estas aos cargos de mães e esposas – donas de casa – separadas do universo do trabalho produtivo, cujas atividades desempenhadas deveriam ser apenas as relacionadas ao cuidado da família e afazeres domésticos, configurando o papel reprodutivo que reafirmou a inferioridade feminina. Enquanto aos homens o espaço público e de poder era destinado, às mulheres restava o espaço privado.

Tem-se na divisão entre os gêneros condição fundante para a reprodução da ideologia sexista, ou seja, o preconceito sofrido por conta da condição de gênero.

O sistema capitalista carrega consigo uma estrutura de sociedade marcada pela desigualdade sexual, cujas condições sociais, de vida e de trabalho entre homens e mulheres não atingem nem superficialmente um patamar de igualdade. A luta feminista vem de encontro a essa ideologia por compreender que homens e mulheres podem ter características físicas divergentes, mas que essas condições não limitam a capacidade de desenvolvimento pessoal e profissional de ambos.

Atualmente, para concorrer com as vagas profissionais disponíveis no mercado, as mulheres estão, cada vez mais, estudando e se preparando. Ao concretizar uma graduação as mulheres, por exemplo, precisam de um esforço e sacrifício muito maior

que os homens, visto que essas geralmente desempenham papéis diversos e tem jornadas exaustivas no espaço doméstico, buscando conciliar tais “obrigações” com a atividade laboral. Assim,

As oportunidades e condições de trabalho das mulheres são expressas pelo patriarcalismo e pela divisão sexual do trabalho que naturalizam as diferenças biológicas entre os sexos e determinam o papel a ser ocupado por homens e mulheres no conjunto das forças produtivas. (NASCIMENTO, 2014, p. 41)

A desigualdade diz respeito ao desequilíbrio, ou seja, proporções de distribuição ou acesso desiguais. A desigualdade de gênero na perspectiva feminista compreende uma postura crítica perante qualquer desigualdade entrelaçada pela categoria de gênero. Essa assimetria pode ser lida na restrição de acesso ao poder, seja ele no âmbito social, familiar, local, público ou privado. (IVO et al, 2012).

O enfoque de gênero na análise da desigualdade reflete a condição atual de trabalho das mulheres. Segundo Montali (2012, p. 232) “nas sociedades pré-industriais, não ocorria a separação entre as atividades produtivas e as atividades domésticas, das quais todos os membros da família participavam”. A industrialização reforçou a separação entre espaço público e privado, local de trabalho e de moradia. Nesse sentido, o papel da mulher como trabalhadora do lar foi reafirmado culturalmente, inclusive com a vinculação da função reprodutiva exclusivamente a elas. Cabe ressaltar a permanência dessas tipificações das mulheres como mães, esposas e donas de casa mesmo quando estas foram inseridas nos processos de produção da sociedade capitalista em trabalhos externos ao espaço doméstico.

A perspectiva da luta feminista, então, visa desnaturalizar as relações de gênero, sendo seu objetivo a garantia da paridade entre os homens e as mulheres, inclusive no mundo do trabalho. A própria valorização das atividades realizadas pelas mulheres entra em xeque. Por um longo tempo, foi mantida e reproduzida a ideia de que as mulheres possuem aptidões para determinados tipos de atividade, os “trabalhos de mulher”.

A herança histórica da distinção entre os gêneros perpetua-se tanto na vida pública quanto no ambiente doméstico, onde permanece o privilégio dos homens. Apesar da luta feminista pela igualdade de acesso e direitos relativos ao trabalho e participação na vida política, ainda é latente a distribuição desigual das tarefas entre homens e mulheres, principalmente as que compreendem o bom funcionamento e

manutenção do lar. Hirata e Kergoat (2007, p. 596.) informam que a divisão sexual do trabalho (na França) se aplica a essas duas acepções:

Trata-se, de um lado, de uma acepção sociográfica: estuda-se a distribuição diferencial de homens e mulheres no mercado de trabalho, nos ofícios e nas profissões, e as variações no tempo e no espaço dessa distribuição; e se analisa como ela se associa à divisão desigual do trabalho doméstico entre os sexos.

Assim, "a divisão sexual do trabalho é sempre indissociável das relações entre homens e mulheres, que são relações desiguais, hierarquizadas, assimétricas e antagônicas [...] de exploração e de opressão entre duas categorias de sexo construídas socialmente". (HIRATA apud NASCIMENTO, 2014, p. 41).

As mulheres estão trabalhando fora de casa em postos considerados de homens, mas as atividades do lar ainda permanecem sendo executadas, em sua maioria, por elas, mesmo que tenham jornadas exaustivas em suas profissões. Desta forma, "a divisão sexual do trabalho funciona como um fio condutor das relações sociais de desigualdades que conformam o trabalho." (GODINHO, 2016, p. 9).

Esta divisão entre os sexos tem origem histórica muito antiga. Ainda em Pitágoras (apud BEAUVOIR, 2016, p.7) encontramos a seguinte afirmação: "Há um princípio bom que criou a ordem, a luz e o homem, e um princípio mau que criou o caos, as trevas e a mulher". A lógica de mulher relacionada ao caos remonta também a origem da mulher no cristianismo católico, em que Eva foi originada da costela do homem (Adão). Deste modo, "o laço que a une (a mulher) a seus opressores não é comparável a nenhum outro". Porém, "a divisão dos sexos é, com efeito, um dado biológico, e não um momento da história humana." (BEAUVOIR, 2016, p. 16).

A exclusão das mulheres do processo de desenvolvimento social resulta na subordinação delas aos homens, por estar historicamente centrado neles o papel de provedores do lar. Vale ressaltar que os "projetos (de desenvolvimento) tinham tendência a priorizar o trabalho masculino remunerado, relegando às mulheres poucas oportunidades no mercado informal e em atividades de subsistência." (SANDERS apud AGUIAR, 2012, p. 243).

No capitalismo, na sociedade industrial, as mulheres vivenciam condições desiguais de trabalho, o que parece ser muito benéfico à manutenção do sistema. Dessa forma, a divisão entre os sexos não apenas reafirma as especificidades de gênero, mas

reforça a articulação dos processos pelos quais a sociedade capitalista se utiliza dessa diferenciação para precarizar e hierarquizar as atividades. (NOGUEIRA, 2010.)

No atual contexto, Antunes (2005, p. 28) afere como uma das consequências da flexibilização do trabalho “um aumento significativo do trabalho feminino que atinge mais de 40% da força de trabalho em diversos países avançados, e que tem sido absorvido pelo capital, preferencialmente no universo do trabalho part-time³, precarizado e desregulamentado.”. Constatações dessa natureza são recorrentes entre as pesquisadoras de gênero.

Sobre a dessemelhança entre a remuneração dos trabalhos feminino e masculino é possível informar ainda, conforme analisa Cann (2016):

O Relatório de Desigualdade Global de Gênero 2016 do Fórum Econômico Mundial constata que a paridade econômica entre os sexos pode levar 170 anos, após um dramático desaceleramento no progresso. Desaceleramento, em parte, devido aos desequilíbrios crônicos em salários e na participação na força de trabalho apesar do fato de, em 95 países, as mulheres terem frequentado a universidade em números iguais ou superiores aos dos homens.

A precarização do trabalho feminino é fundamental à reprodução do sistema capitalista, pois a este interessa o trabalho mais barato e flexível, que possibilita a exploração máxima das trabalhadoras, a fim de obter cada vez mais lucro. Dessa forma, a divisão sexual do trabalho configura importante instrumento de manutenção da ordem societária.

A divisão sócio-sexual do trabalho expressa uma hierarquia de gênero que, em grande medida, influencia na desqualificação do trabalho feminino assalariado, no sentido da desvalorização da força de trabalho e conseqüentemente desencadeando uma acentuada precarização feminina no mundo produtivo. Isso ocorre porque a reprodução das relações sociais capitalistas de produção é também a reprodução da divisão sócio-sexual do trabalho. (NOGUEIRA, 2010, p. 59.).

O trabalho das mulheres na era industrial reflete dois processos, “se por um lado o ingresso do trabalho feminino no espaço produtivo foi uma conquista da mulher, por outro lado permitiu que o capitalismo ampliasse a exploração da força de trabalho, intensificando-a através do universo do trabalho feminino”. (NOGUEIRA apud NASCIMENTO, 2014, p. 44).

Essa conotação de conquista também pode ser questionada se pensarmos que, não necessariamente, a introdução da mulher no espaço de trabalho foi por exclusiva

³ Do inglês: trabalho a tempo parcial, cujas garantias trabalhistas não são concedidas. Uma das formas de flexibilização do trabalho.

vontade dela. Pode representar um avanço na luta pela emancipação feminina, pela liberdade e empoderamento, que representam acesso ao mercado de trabalho, remuneração e, conseqüentemente, maiores possibilidades de emancipação e liberdade. Por outro lado, essa inserção no mercado de trabalho pode significar atender aos interesses do capital e satisfazer as carências materiais da família, quando o homem, como exclusivo provedor, não supria mais todas as necessidades.

No Brasil, as condições de trabalho às quais as mulheres são submetidas permanecem inferiores às dos homens. Essas assimetrias de gênero são evidenciadas nos postos de trabalho, cujas atividades realizadas pelas mulheres não possuem tanto prestígio social e, conseqüentemente, valorização salarial. A trajetória histórica do trabalho feminino aponta que essa desvalorização resiste no mercado de trabalho e, mesmo que mudanças sejam notadas, elas são acompanhadas de períodos de estagnação e contratações em subempregos e/ou regimes flexíveis de trabalho.

Podemos inferir que as tão celebradas melhorias da inserção das mulheres no mercado de trabalho em uma década de retomada do crescimento econômico mostram-se modestas. Dados do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego) apontam para a redução das oportunidades para as mulheres em comparação aos homens em anos de elevado crescimento, aumento das demissões femininas juntamente com o aumento das contratações e reprodução de desequilíbrios tradicionais, favorecendo sua entrada em setores de menor produtividade. A precarização também se expressa na elevada concentração desses “avanços” em vínculos de baixa remuneração e na redução do tempo de permanência no emprego. (LAVINAS, CORDILHA, CRUZ, 2016, p.103.).

Partindo do pressuposto que o gênero do trabalhador é condicionante para obtenção de maior ou menor possibilidades de inserção no mercado de trabalho, faremos uma análise da precarização do trabalho focalizando o recorte de gênero.

3.1 A CONDIÇÃO DE GÊNERO COMO AGRAVANTE NA PRECARIZAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO

O gênero feminino não é o único a sofrer os impactos da precarização, as minorias são vítimas desse processo destrutivo do sistema capitalista. Por minoria compreendemos tudo que não é masculino e vai de encontro à heteronormatividade⁴ –

⁴ A heteronormatividade (...) é problematizada como um padrão de sexualidade que regula o modo como a sociedade ocidental está organizada. Apesar da força dessa regulação há indivíduos que escapam à norma heterossexual. Retirado de

condição que impõe o heterossexual como regra – dessa forma gays, lésbicas e transexuais são marginalizados, isto é, estão menos propensos a acessar as melhores condições de vida, de trabalho e de poder.

Isso posto, analisaremos o contexto da inserção da mão de obra feminina no mercado de trabalho e os fatores que resultam na sua precarização, principalmente na interseção dos vetores classe e gênero.

As mulheres, em diferentes épocas e sociedades, desenvolveram algum tipo de trabalho. No período anterior ao capitalismo, eram responsáveis por atividades manufatureiras que repercutiam positivamente na geração de riqueza social e tinham importância na manutenção, reprodução e provento de suas famílias. (NASCIMENTO, 2014.)

A divisão sexual do trabalho vem, então, determinar que as mulheres apresentem papel submisso perante os homens, o que gera uma desvalorização das funções por elas desempenhadas e que define hierarquicamente uma relevância das atividades masculinas. Então, ao estabelecer o masculino como superior, culturalmente se reafirma essa divisão sexual do trabalho, separando atribuições femininas e masculinas a partir das aptidões físicas e intelectuais.

As condições físicas e psicológicas propiciam a criação cultural do binarismo masculino x feminino que é reforçado cotidianamente nos espaços públicos privados da sociedade, transformando-se numa verdade praticamente incontestável.

A precarização do trabalho feminino e a divisão sexual do trabalho estão expressas, não somente nas divisões de tarefas, mas na assimetria em relação ao acesso aos cargos de maior prestígio social, melhores remunerações e na própria qualificação do trabalho. Importante salientar que esta divisão (sexual do trabalho) não é resultante apenas da distribuição do trabalho em si, mas é o princípio fundante e organizador da desigualdade de gênero no espaço produtivo.

A divisão sexual do trabalho, ao distribuir atividades de acordo com o sexo, expressa sinais de hierarquia e opressão de um sexo sobre o outro, pois as funções ditas masculinas aparecem como superiores às femininas, já que estas carregam a atribuição da inferioridade e complementaridade às masculinas. Assim, a divisão sexual do trabalho, entendida como fator histórico, está estruturada a partir do princípio de o trabalho masculino ser superior ao feminino, o que reforça a hierarquia nas relações de poder baseadas no sexo. (NASCIMENTO, 2014, p. 43).

Ao descortinar as questões de gênero no mundo do trabalho, torna-se possível verificar o quão profundamente as relações de trabalho estão balizadas na hierarquia entre os sexos. Isso é reforçado quando entendemos que “a divisão sexual do trabalho baseia-se na ideia de uma relação antagônica entre homens e mulheres. [Ela] é considerada como um aspecto da divisão social do trabalho, e nela a dimensão opressão/dominação está fortemente contida.” (HIRATA apud NASCIMENTO, 2014, p. 43).

A entrada da mulher no mercado de trabalho vem condicionada a dois vieses, por um lado representa uma conquista galgada pelo público feminino que passa a disputar, mesmo que de forma desigual, o espaço público e de poder. Por outro lado, a forma como essa mão de obra (feminina) foi e permanece desqualificada para ampliar os ganhos financeiros do capital legitima o anacronismo de gênero. Assim, pode-se afirmar que a exploração das mulheres é arma poderosa na reprodução material capitalista.

A relação entre família e trabalho é ponto inicial para a análise da divisão sexual do trabalho por entendermos que é no interior da família que esta atua, definindo as atribuições de cada gênero e condicionando os familiares a ocuparem distintas posições no mercado de trabalho. (MONTALI, 2012).

Nessa lógica se reforçam os papéis produtivos dos homens e papéis reprodutivos das mulheres. A partir das mudanças societárias, fez-se necessária a inserção em maior escala da mulher no mercado de trabalho, mesmo com os papéis sexuais bem definidos. A ruptura ocasionada pela mudança de vida da mulher, que antes majoritariamente ocupava o espaço doméstico, torna-se palco dos questionamentos sobre o que é “lugar de mulher”.

Aos homens foram destinados a obrigação com a manutenção financeira do lar a partir da atividade laboral. Às mulheres restaram os afazeres domésticos que, em grande parte, ainda se mantêm concentrados nas mãos dessas, mesmo quando trabalham fora. Outro fator importante para analisarmos é que quando as mulheres que exercem as funções de donas de casa não realizam os afazeres domésticos do seu lar, são contratadas trabalhadoras para desenvolver as atividades domésticas, essas mulheres em sua maior parte, acabam convergindo o recorte de gênero, classe e raça – reflexos de um trabalho altamente precarizado e que constitui a chamada dupla jornada.

A divisão sexual do trabalho é, portanto, um fenômeno histórico, pois se metamorfoseia de acordo com a sociedade da qual faz parte. Mas, na sociedade capitalista, ainda nos dias de hoje, o trabalho doméstico

permanece predominantemente sob a responsabilidade das mulheres, estejam elas inseridas no espaço produtivo ou não. (NOGUEIRA, 2010, p. 59.).

A função reprodutiva também se configura como responsabilidade feminina e, juntamente com os filhos, vêm as obrigações sociais de mãe que devem ser pautadas numa relação de afeto traduzidas em formas de carinho, amor e proteção. Essa função afetiva de cuidar reflete a inserção das mulheres no mercado de trabalho. Aqui destacamos a área de saúde entre as profissões relacionadas ao cuidado com o outro. As competências consideradas femininas na vida doméstica são levadas também para sua vida laboral. Importante salientar que, profissões que remetem ao cuidado acabam por serem desvalorizadas visto que se tem o entendimento de que são mais fáceis de serem executadas e podem ser realizadas por qualquer pessoa.

A análise do trabalho de cuidado confirma a ideia da centralidade do trabalho das mulheres, nas instituições ou em domicílio, realizado gratuitamente ou como atividade remunerada. Apesar das diferenças sociais, ela também confirma a ideia de que tal trabalho constitui uma das múltiplas facetas do trabalho precário: um trabalho mal remunerado, pouco reconhecido e pouco valorizado. (HIRATA, 2016, p. 193).

Precariedade que, segundo Brito (2000, p. 200) “sempre esteve associada ao trabalho feminino, uma vez que, mesmo quando a insegurança, a instabilidade e o desemprego atingem toda a população de trabalhadores, o trabalho masculino tende a estabilizar-se, enquanto que o feminino tende a manter-se incerto e regular.” Assim, a precarização se manifesta tanto nas formas de emprego quanto nas condições de trabalho.

**PARTE II: CONHECENDO A REALIDADE DAS
TRABALHADORAS DA SAÚDE**

4. DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NA SAÚDE: ANÁLISE DA VIDA PESSOAL E PROFISSIONAL DAS TRABALHADORAS DE UM HOSPITAL DA REDE METROPOLITANA DE SALVADOR-BA.

A abordagem da precarização do trabalho feminino na saúde tornou-se objeto de nossas reflexões a partir da inserção no campo de estágio supervisionado em serviço social, em um hospital da rede metropolitana de Salvador. O tema relativo ao trabalho feminino foi algo que sempre nos instigou. Ao nos depararmos com a realidade da unidade de saúde em questão, cujas diferenciações das condições de trabalho das mulheres estavam evidentes, foi reafirmada a decisão em investigar os rebatimentos da precarização do trabalho e da divisão sexual do trabalho nas condições de vida das trabalhadoras.

A pesquisa científica e exploratória compreendeu, então, ferramenta crucial para análise da realidade desse determinado público. A pesquisa utilizou como instrumento de coleta de dados a entrevista. Neste estudo teve fundamental importância a diferenciação entre as profissões analisadas, condições de trabalho e de vida de cada uma das profissionais que se dispuseram a responder algumas questões referentes à sua vida pessoal e profissional.

Inicialmente demonstramos o perfil dessas profissionais entrevistadas na unidade de saúde em questão, a fim de situar a realidade de cada uma, por entender que estas não devem ser tratadas apenas como meros objetos de pesquisa, pois são seres sociais que apresentam um conjunto de subjetividades e objetividades, se relacionam entre si no espaço de trabalho, se relacionam com os usuários, com familiares e demais pessoas na sociedade.

Deste modo, optamos pela pesquisa qualitativa a qual, conforme Richardson (1999) é especialmente válida em situações em que se evidencia a importância de compreender aspectos psicológicos cujos dados não podem ser coletados de modo completo por outros métodos, devido à complexidade que encerram (por exemplo, a compreensão de atitudes, motivações, expectativas e valores), dessa forma, entender a linguagem não verbal das entrevistadas auxilia na leitura da realidade social.

4.1 CARACTERIZANDO AS ENTREVISTADAS

Apresentamos um breve perfil das profissionais entrevistadas. Foi um total de sete mulheres, caracterizando diferentes funções, possibilitando perceber as diferenças e

similitudes existentes em cada profissão e nas relações que se constituem a partir deste lugar social e profissional. Utilizamos como parâmetro não apenas a vida profissional em si, mas também aspectos da vida pessoal, por entender que há rebatimentos da precarização do trabalho e da sua condição de gênero no cotidiano delas.

A primeira entrevistada que chamaremos de **Cuba**⁵, tem 32 anos, é solteira e tem dois filhos. Cuba trabalha como técnica de enfermagem na unidade hospitalar. Ela faz faculdade de enfermagem e está na etapa final de curso. Por conta da correria, Cuba teve que sair de casa, afastando-se assim da mãe e dos filhos com quem morava no litoral e precisou abrir mão de outros dois vínculos de emprego.

A segunda entrevistada aqui tratada como **Bélgica** possui 35 anos, é casada e tem uma filha. A profissão de Bélgica é fisioterapeuta e ela compõe o quadro funcional do hospital desde 2010.

A terceira entrevistada, **Itália**, tem 59 anos e é médica plantonista do hospital. Itália é divorciada e tem um filho. Além do emprego na unidade de saúde do estudo, ela possui outro vínculo trabalhista desde 1990. Itália e as demais profissionais entrevistadas trabalham no hospital em regime de plantão e, dessa forma, ela consegue conciliar os dois vínculos empregatícios. Das profissionais entrevistadas, Itália é a única que não ingressou na unidade através de concurso público.

A quarta entrevistada chamada **Turquia** é psicóloga do hospital, divorciada e tem uma filha. Turquia tem 60 anos de idade. Turquia, assim como Itália, também concilia dois vínculos empregatícios. Das entrevistadas ela é a que trabalha na unidade de saúde há menos tempo, pois foi remanejada para a unidade após extinção do seu local anterior de trabalho e para atender às conformações de saúde que necessitam de uma psicóloga para atendimento na UTI.

A nutricionista, **Grécia**, quinta entrevistada, 36 anos, é casada e mãe de dois filhos. Grécia trabalhava em dois lugares, mas, após a maternidade, há cerca de cinco anos, optou por manter apenas um vínculo trabalhista.

A sexta entrevistada foi **Arábia**, enfermeira, ela é casada e tem um filho. Ela trabalha em outro local além do hospital. Arábia relata ter vasta experiência com emergência e gostar muito do que faz.

⁵ Por questões de privacidade, foram dados nomes fictícios aos sujeitos da pesquisa.

E por fim, **Argentina**, sétima entrevistada. Ela é assistente social da unidade, tem 42 anos de idade, é divorciada e tem dois filhos. Argentina trabalha na unidade desde 2007.

Percebe-se, a partir dessa breve caracterização que o perfil das entrevistadas diverge em alguns pontos e converge em outros. Para realizar uma análise mais detalhada/aprofundada sobre o perfil das entrevistas foram construídas duas tabelas. A primeira revela as condições de vida a partir da composição familiar, distribuição das despesas e atividades domésticas. A segunda dispõe sobre as condições de trabalho das profissionais, expõe a profissão de cada uma, vínculo empregatício com a unidade, ano de ingresso e a existência ou não de outros vínculos trabalhistas.

Tabela 01. Condições de Vida

NOME	IDADE	COMPOSIÇÃO FAMILIAR	RESPONSABILIDADE E COM DESPESAS DOMÉSTICAS	DIVISÃO DAS TAREFAS DOMÉSTICAS
Cuba	32	Morava com a mãe e os filhos. Mora só atualmente.	As despesas são compartilhadas com a mãe.	Antes da mudança havia divisão. Agora as atividades são de sua responsabilidade.
Bélgica	35	Mora com esposo e filha.	As despesas são compartilhadas com o esposo.	Esposo realiza poucas atividades. Dispõem de babá para cuidar da filha.
Itália	59	Mora com o filho	Despesas exclusivamente dela.	Dispõem de empregada doméstica. Filho cuida de algumas atividades.
Turquia	60	Mora com filha e neto.	Despesas exclusivamente dela.	Divisão de tarefas entre a entrevistada e a filha.
Grécia	36	Mora com a mãe, esposo e filhos.	As despesas são compartilhadas com o esposo.	Ocorre parcialmente.
Arábia	62	Mora com esposo e filho.	As despesas são compartilhadas com esposo e filho.	Atividades exclusivamente dela.
Argentina	42	Mora com dois filhos.	Despesas exclusivamente dela.	Atividades são desenvolvidas por ela. Os filhos são crianças.

Tabela 02. Condições de Trabalho.

NOME	PROFISSÃO	VÍNCULO EMPREGATÍCIO COM UNIDADE	ANO DE INGRESSO NA INSTITUIÇÃO	OUTRO(S) VÍNCULO(S) DE EMPREGO
Cuba	Técnica de Enfermagem	Estatutário. Inserção através de concurso público.	2010	Possuía mais dois vínculos privados. Atualmente só esse.
Bélgica	Fisioterapeuta	Estatutário. Inserção através de concurso público.	2010	Não.
Itália	Médica Clínica	Terceirizado. Prestação de serviços.	2013	Possui outro vínculo em instituição privada há 28 anos, em regime celetista.
Turquia	Psicóloga	Estatutário. Inserção através de concurso público.	2007	Possui outro vínculo público municipal.
Grécia	Nutricionista	Estatutário. Inserção através de concurso público.	2007	Não.
Arábia	Enfermeira	Estatutário. Inserção através de concurso público.	2007	Possui vínculo com empresa privada em regime de contratação por prestação de serviço.
Argentina	Assistente Social	Estatutário. Inserção através de concurso público.	2007	Não.

4.2 AS CONDIÇÕES DE TRABALHO E VIDA DAS PROFISSIONAIS DA UNIDADE OBJETO DE ESTUDO

As perguntas norteadoras foram embasadas nos objetivos desse estudo, o que orientou a organização e sistematização na análise dos dados obtidos nas entrevistas.

Para responder ao objetivo proposto: **analisar como a assimetria entre os gêneros interfere na precarização do trabalho** buscou-se conhecer se é perceptível identificar diferenciações entre os gêneros a partir da visão das entrevistadas perante a equipe profissional da unidade e perante os usuários.

Em relação aos colegas profissionais de saúde a maioria das entrevistadas informou não perceber diferença alguma no tratamento da equipe por conta da sua condição de gênero. Apenas a médica apresentou resposta divergente.

Itália descreve,

*Percebo. (...) A diferença é pequena. A diferença é assim, por exemplo, hoje no plantão os homens chegaram e falaram: **Não acredito que tem tanta mulher aqui e ainda não fizeram o café. Então, existe um pouco de machismo, mas é tudo na brincadeira, não é agressivo. Mas é machismo.** (Grifo nosso!)*

Com relação à percepção da diferenciação pelos usuários houve uma diversidade de opiniões. Algumas profissionais informaram não perceber nenhuma diferença no tratamento por conta da sua condição de gênero, foram elas Argentina, Bélgica, Itália e Grécia, sendo que esta última fez uma ressalva de que na área de nutrição é mais comum profissionais mulheres.

Itália chama a atenção para a questão “da educação” no atendimento como mais importante que a questão de gênero. Ela diz,

***Eu acho que o que eles observam, independente do sexo, é se as pessoas são educadas em atendê-los. Isso eles referem muito assim... Tal pessoa não foi educada, tal pessoa foi grosseira.. Mas, independente do sexo. Não percebo nenhuma discriminação dos pacientes em relação a mim ou aos médicos homens. Ou dizerem assim: Não quero ser examinado por médica mulher, não quero ser examinado por médico homem.. Não observam isso não.. Observam o tratamento carinhoso ou não que é dado.** (Grifo nosso!)*

As demais profissionais apresentam opinião divergente. Turquia diz,

*(...) Nunca pensei sobre isso. Mas assim, talvez, em alguns casos difícilte. O paciente homem falar de algumas questões pessoais.. **De repente, se fosse um homem, talvez ele tivesse mais identidade..** Não sei... (Grifo nosso!)*

As profissionais da enfermagem, Cuba e Arábia, apresentam opiniões diferentes da maioria, porém, de uma forma antagônica. Através da fala de Arábia é possível perceber nas entrelinhas como o estereótipo de carinho e cuidado é designado às mulheres.

Ela diz,

Eu acho que eles gostam mais das mulheres. Eles se sentem mais assim.. É... Acho que a gente demonstra mais carinho, né? O tratamento masculino é bem diferente. Mas eles gostam

também, mas eles preferem as mulheres, eu percebo assim. Nesses meus longos anos de trabalho. (Grifo nosso!)

Cuba, em contrapartida, ao ser questionada sobre a existência ou não de distinção de tratamento por parte dos usuários aos profissionais homens e mulheres informa,

*Sim. Eles, às vezes, tratam a gente como se fôssemos força menor, por ser mulher. Alguns.. Eles ficam... Hoje, por exemplo, a mulher disse: Meu Deus..a gente pensa que só homem... que tem aquela dinâmica do serviço...! **Eles atrelam a questão de dinâmica ao trabalho masculino. Ao gênero masculino. E isso na prática é bem diferente. Percebo isso (...). Existe um preconceito realmente. (Grifo nosso!)***

A dinâmica de trabalho supracitada é considerada como capacidade para realizar trabalho braçal, ou seja, conseguir carregar peso – considerado algo masculino. No hospital existem casos que exigem da equipe levantar os pacientes para troca de roupa, banhos etc. Dessa forma, é necessário que profissionais que lidam diretamente com os usuários dos serviços de saúde consigam realizar essas atividades.

Conforme a Secretaria de Política para as Mulheres (2016) constitui a divisão sexual do trabalho uma divisão de atribuições, tarefas e lugares sociais para mulheres e homens, decorrentes das relações sociais de sexo, algo historicamente adaptado de acordo com a sociedade. Ela (a divisão sexual do trabalho) destina prioritariamente aos homens atividades produtivas (ocupações de forte valor social agregado, como comércio, indústria, empreendimentos, e na política) e às mulheres a esfera reprodutiva (atividades relacionadas a cuidados e afazeres domésticos). A divisão sexual do trabalho repercute nos cargos e funções ocupados pelas mulheres e em seus rendimentos, visto que se destinam a elas tarefas e ocupações que remetem a cuidado e serviços, socialmente menos valorizadas.

Para responder ao outro objetivo proposto, **conhecer os rebatimentos da precarização social do trabalho na vida dessas trabalhadoras**, buscou-se investigar as condições de vida dessas trabalhadoras através de questões sobre tarefas domésticas, responsabilidade familiar e múltiplos vínculos de emprego.

Em relação a outro(s) vínculo(s) de emprego, conforme exposto na tabela, 4 das 7 entrevistadas possuem somente um vínculo. Argentina e Bélgica não possuem outra atividade laboral. Cuba e Grécia optaram por manter apenas um vínculo, cada uma por

um motivo distinto. Arábia, Itália e Turquia mantêm mais de um vínculo. Sobre a conciliação entre os vínculos Itália informa,

(...) Eu escolho dar plantão aqui numa data que não choque com minha carga horária de lá. É a mesma carga, só que lá são 20 horas semanais sob a forma de segunda a sexta e aqui são 24 horas semanais no fim de semana.

Arábia diz,

A conciliação é tranquila porque aqui o plantão é uma vez por semana e lá é de manhã, no dia que eu estou aqui de manhã uma colega me substitui.

Turquia responde,

Sou psicóloga de um CAPS. (...) Eu trabalho com pessoas com transtorno mental. Há dez anos, ao mesmo tempo. Eu passei aqui no estado e fiz um concurso público municipal e fui aprovada também (...). Eu trabalho de segunda a sexta lá, saio do serviço duas horas da tarde e pego o plantão aqui as cinco. Ai fico até cinco horas (da tarde) do sábado.

Transformações ocorridas no mercado de trabalho revelam duas tendências recentes. Uma delas é a *bipolarização do trabalho assalariado feminino*, que se configura em polos opostos que compreendem de um lado a massiva diversificação de tarefas e funções realizadas pelas mulheres e de outro o crescimento de uma minoria de mulheres que atuam com profissões executivas e intelectuais. A outra se traduz na *inserção das mulheres no mercado de trabalho, no contexto do desenvolvimento do setor de serviços e o impacto de novas profissões*. (HIRATA, 2002, p. 147.).

Como as mulheres ocupam funções com remunerações mais baixas no mercado de trabalho, muitas vezes são exigidas a ter mais de um trabalho para satisfazer às necessidades materiais da vida moderna e das possibilidades que ela oferece. Isso ocorre num contexto de precarização do trabalho, em que as mulheres ocupam cada vez mais o lugar de “chefes” de família, pesando sobre elas as exigências de responder às demandas de seu grupo familiar.

Sobre a composição familiar todas as entrevistadas têm filhos. Apenas Cuba não mora com os filhos (atualmente). Arábia, Bélgica e Grécia são casadas e residem com seus maridos. Cuba é solteira; Itália, Turquia e Argentina são divorciadas. Quando

perguntadas sobre a divisão das atividades domésticas, as respostas foram bastante destoantes.

Arábia foi a única entrevistada que informou não haver de forma alguma divisão das tarefas domésticas e que ela realiza tudo sozinha. Atente-se que Arábia mora com esposo e filho.

As demais informaram que, mesmo parcialmente, os componentes da família participam da limpeza e manutenção do lar, mas a maior responsabilidade ainda permanece sobre elas. Vale salientar que nos ambientes em que a divisão ocorre de forma mais equilibrada residem apenas mulheres como nas residências de Cuba e Turquia.

Argentina responde que em sua residência a divisão acontece da seguinte forma:

*Ainda de uma forma bem leve porque eles são crianças, né? Mas assim, já sensibilizando quanto à organização da casa, colocar suas roupas sujas no local adequado, já dando uma noçãozinha de como lavar os pratos, porém, eles molham tudo mais do que o que lavam.. Mas, já assim, **já mostrando pra eles que a tarefa doméstica é responsabilidade de todos. É uma coisa imprescindível para a convivência, independente de ser menino, de ser menina, de ser mamãe.. (Grifo nosso!)***

O trabalho doméstico demanda um tempo para ser realizado e esse uso do tempo não é computado como tempo trabalhado do ponto de vista do desenvolvimento econômico. Este trabalho compreende uma dupla jornada e aqui, a partir das colocações das entrevistadas, observa-se que permanece sendo das mulheres a responsabilização pelas tarefas domésticas. Nesse sentido, Meron (2016) informa que as atividades domésticas são sexuadas. As mulheres gastam mais tempo na realização do trabalho doméstico. Com base em pesquisas realizadas sobre o uso do tempo na França, no período entre 1974 e 2010, confirmam que as mulheres gastam mais tempo no trabalho doméstico do que os homens. Em 2010, por exemplo, num recorte feito pela autora mostra que os homens gastam pouco mais de uma hora e trinta minutos para os trabalhos domésticos e as mulheres cerca de três horas por dia. Em função disso a autora afirma que “as mulheres ainda realizam quase dois terços das tarefas domésticas.” (MERON, 2016, p. 129.).

Os afazeres domésticos, ou seja, o “cuidar” da família é uma atividade reprodutiva fundamental. Nos termos de Marx, o trabalho doméstico não objetiva a criação de mercadorias, mas a criação de bens úteis indispensáveis para a sobrevivência da família. E essa é uma das diferenças essenciais entre o trabalho assalariado e o trabalho

doméstico, pois enquanto um está vinculado ao espaço produtivo, ou seja, criando mercadorias e conseqüentemente gerando valores de troca, o outro está relacionado à produção de bens úteis necessários para a reprodução dos próprios componentes da família, permitindo, em grande medida, que o capital também se aproprie, mesmo que indiretamente, da esfera da reprodução. (NOGUEIRA, 2010, p. 61.).

A ausência ou desigual divisão das tarefas domésticas entre homens e mulheres, chamada por Nogueira (2010) de dupla jornada revela que a “intersecção do trabalho com a reprodução, na conformação capitalista, serve ao capital, não somente pela exploração da força de trabalho feminina no espaço produtivo”, ou seja, da extração da mais valia nas conformações do capital, “mas também porque as atividades desenvolvidas pelas mulheres na esfera doméstica garantem (...) a manutenção de “trabalhadores/as” para o mundo do trabalho assalariado” (IDEM) e reprodução de novos trabalhadores/as que constituem futura força de trabalho disponível ao capital.

As atividades não remuneradas realizadas pela dona-de-casa (como por exemplo, a alimentação, o cuidado com a roupa, a limpeza da casa, etc.) têm papel relevante na redução dos custos da reprodução da força de trabalho, mantendo o seu próprio valor em patamares mais baixos.

Assim, a responsabilidade da realização das tarefas domésticas pelas mulheres que desempenham um trabalho assalariado no mundo da produção caracteriza dupla (e às vezes tripla) jornada de trabalho com todas as implicações decorrentes dela, entre as quais destacamos a presença de uma forte opressão de gênero e também de exploração do capital. (NOGUEIRA, 2010, p. 60.).

Vale salientar que essa força de trabalho que as mulheres gastam para realização das tarefas domésticas é um trabalho não remunerado, que significa um dispêndio de tempo e de energia sem retorno econômico, conseqüentemente, num distanciamento da autonomia econômica e financeira que muitas delas buscam. “O trabalho doméstico é mais desvalorizado socialmente, encontrando-se associado ao sexo feminino por ser entendido, pela sociedade conservadora, que cabem, à mulher, os cuidados com a reprodução e com a manutenção da família e aos homens a produção social geral”. (NOGUEIRA, 2010, p. 60.).

O trabalho doméstico compreende uma enorme porção da produção socialmente necessária. Isto é, no processo de acumulação de capital, o *quantum* de mercadoria/força de trabalho é imprescindível, uma vez que é pela exploração do dispêndio de energia socialmente necessária para a produção de mercadoria que se gera a mais-valia. Portanto, o espaço doméstico familiar é fundamental para que o capital garanta a reprodução e a manutenção da classe trabalhadora. (IDEM).

Sobre as despesas da casa e da família é unânime a participação de todas as entrevistadas, inclusive, em alguns casos, elas são as principais e/ou únicas responsáveis, como relatam Argentina, Itália e Turquia. Esse aspecto revela como a mão de obra feminina é importante na reprodução material, na satisfação das necessidades de sobrevivência das famílias, principalmente as que são chefiadas por mulheres. Como nos informa a fala de Itália quando diz que: *”só tem trabalhando na minha casa, eu! Então eu tenho que sustentar a família.”*. Deste modo, mesmo que “muitas mulheres aceitem essa situação por uma questão afetiva, nada muda a dura realidade de opressão, mas a torna ainda mais complexa” (IDEM). No caso de Itália, mesmo assumindo a responsabilidade financeira da família, algumas atividades domésticas ainda são realizadas por ela e por uma empregada contratada e paga pela mesma, tendo o filho participação restrita na limpeza e manutenção do lar, cuidando apenas de atividades de organização do próprio quarto e cuidado com o animal doméstico.

Em relação às possibilidades de ascensão profissional na unidade de saúde, todas responderam que não veem diferença para homens e mulheres, principalmente por se tratar, em sua maioria, de vínculo público.

Nesta direção, Cuba diz,

*Eu acho que é muito mistificado, entendeu? Pelo que eu observo aqui é muito de oportunidade. No hospital, por exemplo, a diretoria... Já tivemos diretoria do sexo feminino, hoje é um diretor que é do sexo masculino. As coordenações... Agora assim, **você sabe que relacionado à enfermagem o sexo feminino ele é majoritariamente mais imposto.. Isso acarreta de todas as formas uma pressão maior em cima das mulheres, né? Isso dificulta um pouco a questão do convívio social familiar... entendeu? Isso relacionado à enfermagem. Mas nas outras áreas.. Que é multi, né? Eu acredito que não; que não tem nada que seja muito diferente. Pra mim, pelo menos, que já vivi em vários locais.. entendeu?(Grifo nosso!)***

Na mesma direção, Turquia informa,

Eu vejo que no estado não há muito essa possibilidade. Você faz o concurso para um determinado cargo, para uma determinada função e nessa você fica, a não ser que haja uma nomeação para um determinado cargo de confiança, uma coordenação, uma chefia. Não há ascensão no estado, a não ser nessa situação, né? De haver uma nomeação, uma indicação para o cargo de chefia. Uma coordenação, uma diretoria, uma coisa assim.. Se não você entra e sai na mesma função, né?

Diferentemente de uma empresa privada, onde você tem um plano de cargos e carreira em que há essa possibilidade. No estado não é assim.

No que tange a valorização do trabalho realizado por homens e por mulheres na unidade, as entrevistadas também apresentaram opinião similar. A maioria diz não perceber diferença quanto à divisão de cargos. Algumas chamam a atenção para a questão de que isso não acontece na unidade especificamente, mas que acontece fora dela, na sociedade como um todo. Sobre isso, Itália expõe,

Aqui não noto isso, não. Mas sei que na sociedade é assim.. Mas aqui eu não noto! E na outra instituição eu não noto porque tem muita gente do sexo feminino em cargos de chefia lá... Então, isso é a prova de que o fato de ser mulher não é impeditivo. (Grifo nosso!)

Turquia diz,

(...) Aqui eu trabalho na UTI; e dia de sexta-feira Dra. Joaquina⁶ é a intensivista. Ela fica às sextas-feiras e ela é também a coordenadora do plantão, inclusive a gente brinca, chama ela de “a delegada”, “a delegada” e tal. Então, eu vejo assim, que ela super corresponde ao papel. Eu acho que ela faz com muita.. muito critério. Ela é muito cuidadosa. Eu venho com ela de vez em quando para ver quem está no plantão, quem não está, os médicos, o centro cirúrgico, anesthesiologia, CLOBS, então, eu acho que ela é muito valorizada nisso. Eu não tenho experiência de outros coordenadores de plantão já que eu só fico às sextas e sábados e é com ela, mas... Agora.. O diretor é homem.. O diretor médico é homem... (Grifo nosso!)

O uso do termo “delegada” nos revela que a situação de uma equipe ser chefiada por mulher destoa do cotidiano, provocando esse tipo de designação, o que expõe a diferenciação entre os gêneros no acesso aos cargos de maior prestígio social e, conseqüentemente, reforça a divisão sexual do trabalho.

Grécia, nutricionista, pactua da mesma percepção no que se refere a igualdade da situação de homens e mulheres no hospital, mas reconhece que o trabalho do homem é mais valorizado, quando diz: *“aqui, normalmente, os cargos de chefia são ocupados por homens.”* (Grifo nosso!). O que nos revela que, mesmo não reconhecendo a divisão histórica, as profissionais percebem distinções entre homens e mulheres na unidade.

⁶ Os nomes citados durante as entrevistas foram modificados para garantir a privacidade.

Conforme já anunciado na introdução desse estudo, é latente a divisão sexual do trabalho na área de saúde conformando distinções entre homens e mulheres no que se refere à valorização do trabalho, aos cargos e salários, o que se comprova através dos depoimentos das trabalhadoras entrevistadas. Desse modo, podemos inferir que

A divisão sexual do trabalho é uma constante nas práticas do trabalho na área de saúde que apresentam uma concepção de oposição entre o tratar (saber e fazer médico) e do cuidar (saber e fazer de enfermagem). Percebe-se nesta relação um processo de antagonismo, que de certa forma foi “naturalizado”, provocando inquietações sobre a existência de hierarquia e dominação nestas relações. Observa-se a permanência da feminização no trabalho na área de saúde, principalmente nos setores da enfermagem, higienização e nutrição, que são também caracterizados pela crescente precarização e flexibilização nas relações de trabalho. (PASTORE et al, 2008.).

Sobre a diferença ou não na valorização do trabalho realizado por homens e mulheres, Arábia faz a seguinte consideração,

Na valorização eu não diria! Eu acho que na parte financeira. Quer dizer, é valorizado, né? Porque ganha mais, né? Acredito que sim. (Grifo nosso!)

Aproveitamos esta colocação para abordar a derradeira questão: Saber se existe diferença na remuneração entre trabalhos realizados por homens e por mulheres na instituição. Por unanimidade, as entrevistadas responderam não terem conhecimento sobre a diferença salarial no que se refere à condição de gênero na unidade de saúde em questão, mas sinalizaram reconhecer que a realidade da sociedade é diferente. Estão expressas as falas de Itália, Bélgica, Turquia, Argentina e Arábia respectivamente.

Aqui que eu saiba não. Na outra instituição também que eu saiba não. Mas na sociedade geral é conhecido. (Grifo nosso!)

Não. Acredito que por se tratar de uma instituição pública as remunerações são por cargos, contudo os cargos majoritários são ocupados por homens. (Grifo nosso!)

No estado, não. A não ser que haja cargo de chefia, coordenação, diretoria, o que quer que seja. Fora isso, o salário é equiparado.

Não, não existe não. Aqui... Não.. É porque unidade pública é concurso, né? Não tem como, não. Que existe no mundo existe, mas aqui, não. De uma forma geral não estou dizendo que não existe nas relações de trabalho. (Grifo nosso!)

Sim. Nessa aqui não, porque aqui é todo mundo é estatutário... Nas empresas particulares sim. Eu sempre trabalhei pro estado, né? Agora, amigos e amigas que fazem a mesma função, o rapaz sempre ganha mais, não entendo! (Grifo nosso!)

Historicamente essa desigualdade na inserção de homens e mulheres no mundo do trabalho vem sendo denunciada em vários estudos, tais como, aqui abordado por Beauvoir (2016, p. 17).

Economicamente, homens e mulheres constituem como que duas castas; em igualdade de condições, os primeiros têm situações mais vantajosas, salários mais altos, maiores possibilidades de êxito do que suas concorrentes recém-chegadas. Ocupam, na indústria, na política etc., maior número de lugares e os postos mais importantes. Além dos poderes concretos que possuem, revestem-se de um prestígio cuja tradição a educação da criança mantém: o presente envolve o passado, e no passado toda a história foi feita pelos homens.

Atualmente essa assimetria de gênero ainda permanece. Percebemos que há uma estagnação ou pouco avanço na equiparação das condições de trabalho entre homens e mulheres. Essa situação reflete, inclusive, as condições mais precárias de emprego no contexto do capitalismo flexível. Lavinias, Cordilha e Cruz (2016, p. 94), analisando o caso do Brasil, afirmam que, mesmo com o aumento da taxa de atividade feminina nas últimas três décadas, “a taxa de desemprego feminino permaneceu sempre acima da média nacional, embora as mulheres fossem, no geral, mais escolarizadas.”. Da mesma maneira, conforme informam as autoras, “elas seguem ganhando menos que os homens.”.

Para confirmar essa condição desigual alastrada na divisão sexual do trabalho, os dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD) de 2012 apontam que “as trabalhadoras (16 a 65 anos) do setor formal ganham, em média, 78,4% dos rendimentos masculinos, proporção essa que cai a 67,4% dentre os informais.”. (LAVINAS, CORDILHA, CRUZ, 2016, p. 95.).

Ainda sobre condições de trabalho e remuneração desigual entre homens e mulheres no atual contexto do capitalismo, Antunes informa

Sabe-se que a expansão do trabalho feminino tem, entretanto, significado inverso quando se trata da temática salarial e dos direitos, em que a desigualdade salarial, quando as mulheres são comparadas aos homens, contradita a sua crescente participação no mercado de trabalho. Seu percentual de remuneração é bem menor do que aquele auferido pelo trabalho masculino. O mesmo frequentemente ocorre no que concerne aos direitos e condições de trabalho. (2005, p. 29.).

Numericamente é visível que as mulheres estão inseridas em profissões marginalizadas e permanecem com sobrecarga de trabalho tanto no espaço produtivo quanto reprodutivo. No caso desse hospital, foi possível perceber que a maior parte de trabalhadores é feminina, porém os homens que lá trabalham, médicos na sua maioria, estão ocupando os cargos de coordenação e chefia, que são os mais reconhecidos e com melhores salários.

Constituiu objetivo geral desse estudo analisar como a assimetria entre os gêneros interfere na precarização social do trabalho feminino.

Para atender ao primeiro objetivo específico, fez-se um *resgate da inserção das mulheres no mundo de trabalho* a partir do conteúdo teórico e de revisão bibliográfica, entendendo que a inserção da mão de obra feminina fez parte de uma estratégia do capitalismo para suprir suas necessidades de produção.

No entanto, a inserção das mulheres no mundo do trabalho se deu sempre de uma forma subalternizada, ocupando as profissões com menos prestígio e remuneração. Nas últimas décadas, no contexto da produção flexível, “notou-se um crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho (...). Contudo, essa participação se traduz principalmente em empregos precários e vulneráveis.” (HIRATA, 2002, p. 143.).

Com o intuito de *investigar como são percebidas as diferenciações de gênero pelas profissionais de saúde no hospital e conhecer os rebatimentos da precarização social do trabalho na vida dessas trabalhadoras* foram realizadas as seguintes ações: observação desses sujeitos no ambiente de trabalho, realização das entrevistas e análise do material colhido, buscando nos estudos sobre precarização do trabalho e gênero a fundamentação para análise e debate sobre o tema.

No depoimento das entrevistadas percebemos uma contradição que se expressa nas dificuldades de reconhecimento das desigualdades vivenciadas no mundo do trabalho. Embora essas trabalhadoras tenham mostrado dar-se conta de algumas situações produzidas pela desigualdade de gênero no seu cotidiano, elas acabam, de algum modo, por naturalizar essa desigualdade, ao passo que não reconhecem a distinção entre os gêneros como uma construção sócio histórica e, portanto, possível de ser transformada.

Ao final, consideramos que essa diferenciação entre homens e mulheres ainda está muito longe de ser desvendada. Ela constituiu-se ao longo da história, naturalizando determinados comportamentos que foram introjetados na vida cotidiano. Deste modo,

As condições em que vivem homens e mulheres não são produtos de um destino biológico, mas, sobretudo, construções sociais. Homens e mulheres não são uma coleção – ou duas coleções – de indivíduos biologicamente diferentes. Eles formam dois grupos sociais envolvidos numa relação social específica: as relações de sexo. Estas, como todas as relações sociais possuem uma base material, no caso o trabalho, e se exprimem por meio da divisão social do trabalho entre os sexos, chamada, concisamente, divisão sexual do trabalho. (KERGOAT In Dicionário Crítico do Feminismo, 2009, p. 67.).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo se propôs a discutir a precarização do trabalho feminino na saúde em um hospital da rede metropolitana de Salvador. Ao longo do processo, percebemos que diversos são os fatores que influenciam na divisão sexual do trabalho, principalmente na saúde. Uma delas, diz respeito ao fato destas relações desiguais estarem naturalizadas nas relações de trabalho entre os sexos, bem como sua hierarquização dividindo os postos presumidamente femininos e masculinos no mercado. A própria precarização social do trabalho, consequência da reestruturação produtiva que flexibiliza as relações de trabalho, afeta diretamente o público feminino, maior prejudicado no processo de produção, já que as trabalhadoras sofrem com condições mais precárias e vínculos mais fragilizados e vulneráveis.

É possível afirmar que a articulação entre a esfera da produção ocorre baseada na lógica da divisão sócio-sexual do trabalho existente tanto no mundo assalariado como na família patriarcal. Portanto, a importante categoria da divisão sócio-sexual do trabalho presente na esfera produtiva e reprodutiva possibilita a articulação das duas dimensões que definem essa relação, o trabalho e a reprodução. (NOGUEIRA, 2010, p. 60.).

Percebeu-se que socialmente o trabalho de homem vale mais que trabalho de mulher e diversos estudos reafirmam essa questão e a necessidade de superação dessa realidade.

Na divisão sexual do trabalho, operada pelo capital dentro do espaço fabril, geralmente as atividades de concepção ou aquelas baseadas em capital intensivo são preenchidas pelo trabalho masculino, enquanto aquelas dotadas de menor qualificação, mais elementares e frequentemente fundadas em trabalho intensivo, são destinadas às mulheres trabalhadoras. (ANTUNES, 2005, p. 29.).

Em alguns espaços no mercado há uma acentuada hierarquização entre os trabalhos realizados por homens e por mulheres, bem como desigualdades nos salários e nas condições de vida e saúde.

No início do estudo, as expectativas eram que as mulheres entrevistadas relatassem as desigualdades de gênero de forma mais direta e o fato disso não acontecer surpreendeu, principalmente porque não aparece diretamente a questão da divisão sexual do trabalho nas falas, mas todas esboçaram alguns elementos que naturalizam as diferenças sexuais, mesmo que algumas não mostrassem percebê-las como contradição. Da mesma forma que o trabalho doméstico também não é percebido por elas como um

trabalho. Acrescentamos que, mesmo que não remunerado, este trabalho demanda tempo e esforço e é quase que exclusivamente feminino. As entrevistadas explicitaram esta realidade ao longo dos seus depoimentos.

As discussões que permearam este estudo mostraram que, para além da valorização dos postos majoritariamente masculinos, há a desvalorização do trabalho doméstico, atividade desempenhada em sua grande maioria pelas mulheres, sejam elas as donas de casa ou empregadas contratadas para realizar essas tarefas de limpeza e manutenção do lar. O trabalho doméstico constitui dupla jornada e às mulheres recai a responsabilidade sobre ele.

As diferenças entre os sexos entendidas como construções sociais são reforçadas cotidianamente e reforçam a desvalorização do trabalho feminino, ferramenta da qual se utiliza o capital para explorar ainda mais as mulheres da classe trabalhadora. Essa desvalorização se reflete na má remuneração e no menor acesso das mulheres aos cargos de maior valorização e prestígio social. Os trabalhos dos homens são mais bem reconhecidos e melhores remunerados, inclusive na área de saúde.

O capital se opõe ao processo de emancipação da mulher, visto que ele necessita, para a preservação do seu sistema de dominação, do trabalho feminino, tanto no espaço produtivo como no reprodutivo, preservando, em ambos os casos, os mecanismos estruturais que geram a subordinação da mulher. (NOGUEIRA, 2010, p. 60.).

As questões aqui apontadas podem servir de norte para novos estudos sobre a divisão sexual do trabalho na saúde. Constitui um estudo inicial, mas de significativa importância para o debate de gênero e de trabalho.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, D. **Gênero e Desenvolvimento** In IVO, A. B. L. (Coord.) Dicionário Temático Desenvolvimento e Questão Social: 81 problemáticas contemporâneas. Coordenação de Anete Brito Leal Ivo, Elsa S. Kraychete, Ângela Borges, Cristiana Mercuri, Denise Vitale e Stella Sennes. São Paulo: Annablume; Brasília: CNPq; Salvador: Fapesb, 2012.

ANTUNES, R. L. C. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho.** São Paulo: Boitempo. 2005.

APPAY, B.; THÉBAUD-MONY, A. **Precarização Social** In HIRATA, H.; LABORIE, F.; DOARÉ H. L.; SENOTIER, D. (Orgs.) Dicionário Crítico do Feminismo, São Paulo: Unesp, 2009.

AUGUSTO, C. A.; SOUZA, J. P.; DELLAGNELO, E. H. L.; CARIO, S. A. F. **Pesquisa Qualitativa: rigor metodológico no tratamento da teoria dos custos de transação em artigos apresentados nos congressos da Sober (2007-2011).** Piracicaba: RESR, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/resr/v51n4/a07v51n4.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

BAYLÃO, A. L. S.; SCHETTINO, E. M. O. **A inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro.** Rio de Janeiro: 2007. Disponível em: <<https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos14/20320175.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2017.

BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo: fatos e mitos.** 3ª ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BELCHIOR, M. **Participação política das mulheres desafia igualdade de gênero na AL.** Portal Vermelho. [S.l], 17 nov. 2014. Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/noticia/253643-7>>. Acesso em: 08 set. 2017.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 05 out. 1988. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo no 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil.** Brasília, DF. 05 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 02 set. 2016.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Básica. Departamento de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Atenção Básica.** 4 ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2007. Disponível em: <<http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/pnab.pdf>>. Acesso em: 08 mar. 2017

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. **Residência multiprofissional em saúde: experiências, avanços e desafios /** Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, Departamento de Gestão da Educação em Saúde.

Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/residencia_multiprofissional.pdf> Acesso em: 18 mar. 2017.

CANN, O. Além de nossa existência: perspectivas para atingir a igualdade de gênero no local de trabalho atingem o ano 2186. World Economic Forum – Committed to improving the state of the world. [S.l.]: 2016. Disponível em: <http://www3.weforum.org/docs/Media/GGGR16/GGGR16_PTBR.pdf>. Acesso em: 08 set. 2017.

CÓDIGO DE ÉTICA DO/A ASSISTENTE SOCIAL. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10ª. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2018.

DRUCK, G. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? Salvador: **Caderno CRH**. V. 24. N. spe 01. 2011. P 37 – 57. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v24nspe1/a04v24nspe1>> Acesso em: 21 jan. 2018.

DRUCK, G. FRANCO, T. Trabalho e Precarização Social. Salvador: **Caderno CRH**. V. 24. N. spe 01. 2011. P. 9 – 13. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v24nspe1/a01v24nspe1.pdf>> Acesso em: 07 jan. 2018.

DUARTE, S. V.; FURTADO, M. S. **Manual para a Elaboração de Monografias e Projetos de Pesquisas**. 2. ed. Montes Claros: UNIMONTES, 2002. 220 p.

DURÃES, S. J. A.; JONES, K. M.; SILVA, M. E. D. Divisão sexual do trabalho em saúde: estudo de caso do Hospital Universitário Clemente de Faria (2005-2008) In: Congresso Iberoamericano de Ciência, Tecnologia e Gênero, 8., 2010, Curitiba. **Anais eletrônicos...** Curitiba: UTFPR, 2010. Disponível em: http://files.dirppg.ct.utfpr.edu.br/ppgte/eventos/cictg/conteudo_cd/E7_Divis%C3%A3o_Sexual_do_Trabalho_em_Sa%C3%BAde.pdf Acesso em: 23 ago. 2017.

FALQUET, J. **Transformações Neoliberais do Trabalho das Mulheres** In ABREU, A. R. P.; HIRATA, H.; LOMBARDI, M. R. Gênero e Trabalho no Brasil e na França. São Paulo: Boitempo, 2016.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUIMARÃES, A. S. A. **Sociologia e Natureza** In ABREU, A. R. P.; HIRATA, H.; LOMBARDI, M. R. (orgs.) Gênero e Trabalho no Brasil e na França. São Paulo: Boitempo, 2016.

GODINHO, T. Prefácio In ABREU, A. R. P.; HIRATA, H.; LOMBARDI, M. R. (orgs.) Gênero e Trabalho no Brasil e na França. São Paulo: Boitempo, 2016.

GORENDER, J. **Brasil em Preto & Branco**. São Paulo: Senac, 2000.

HEILBORN, M. L. Gênero e Hierarquia A costela de Adão revisitada. **Revista Estudos Feministas**. N. 1. Florianópolis: CNPQ, 1993. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/15989/14485>>. Acesso em: 16 mai. 2017.

HIRATA, H. Globalização e divisão sexual do trabalho. **Cadernos Pagu** (17/18) 2001/02. P.139-156. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n17-18/n17a06.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2018.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, set./dez. 2007. P. 595-609. Disponível em: <<http://scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132>>. Acesso em: 15 dez. 2017).

HIRATA, H.; LABORIE, F.; DOARÉ, H. L.; SENOTIER, D. (Orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4098403/mod_resource/content/1/Kergoat%20p.67-75%20in%20Dicionario_critico_do_feminismo%202009.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2018.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo; Cortez/Celats, 1982.

_____. **O Serviço Social na cena contemporânea**. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. **Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social**. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

IVO, A. B. L.; KRAYCHETE, E. S.; BORGES, A.; MERCURI, C.; VITALE, D.; SENNES, S. (Coord.) **Dicionário Temático Desenvolvimento e Questão Social: 81 problemáticas contemporâneas**. São Paulo: Annablume; Brasília: CNPq; Salvador: Fapesb, 2012.

KERGOAT, D. **O cuidado e a imbricação das relações sociais** In ABREU, A. R. P.; HIRATA, H.; LOMBARDI, M. R. (orgs.) *Gênero e Trabalho no Brasil e na França*. São Paulo: Boitempo, 2016.

LAVINAS, L.; CORDILHA, A. C.; CRUZ, G. F. **Assimetrias de gênero no mercado de trabalho no Brasil** In ABREU, A. R. P.; HIRATA, H.; LOMBARDI, M. R. (orgs.) *Gênero e Trabalho no Brasil e na França*. São Paulo: Boitempo, 2016.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Tradução Reginaldo Sant'Anna. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. Livro 1, v. 1 e 2.

MEDEIROS, R. A.; BURI, M. R. O desafio de trabalhar com uma equipe multidisciplinar: um estudo de caso do pronto socorro central de Itapevi-SP. **Educação, Gestão e Sociedade**: revista da Faculdade Eça de Queiros. Ano 1, n 2, junho de 2011. Disponível em:

<<http://www.faceq.edu.br/regs/downloads/numero02/oDesafioTrabalhar.pdf>> Acesso em: 01 abr. 2017.

MERON, M. **Trabalho Remunerado e Trabalho Doméstico na França** In ABREU, A. R. P.; HIRATA, H.; LOMBARDI, M. R. (orgs.) *Gênero e Trabalho no Brasil e na França*. São Paulo: Boitempo, 2016.

MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. Qualitativo-Quantitativo: Oposição ou Complementaridade? Rio de Janeiro: **Caderno de saúde pública**, n. 9, jul/set, 1993. P. 239 – 262. Disponível em: <<http://lacenf.com.br/wp-content/uploads/2014/07/Quantitativo-qualitativo-Oposi%C3%A7%C3%A3o-ou-complementaridade.pdf>> Acesso em: 05 out. 2016.

MONTALI, L. **Família e Trabalho** In IVO, A. B. L.; KRAYCHETE, E. S.; BORGES, A.; MERCURI, C.; VITALE, D.; SENNES, S. (Coord.) **Dicionário Temático Desenvolvimento e Questão Social: 81 problemáticas contemporâneas**. São Paulo: Annablume; Brasília: CNPq; Salvador: Fapesb, 2012.

MORAES, A. Z. **Relações de Gênero e a Formação de engenheiras e engenheiros**. Tese de Mestrado. Tubarão: 2016. Disponível em: <http://pergamum.unisul.br/pergamum/pdf/112206_Adrina.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2017.

NASCIMENTO, S. D. Precarização do trabalho feminino: A realidade das mulheres no mundo do trabalho. Brasília: **Revista Temporalis**, ano 14, n. 28, jul./dez. 2014. P. 39 – 56.

NOGUEIRA, C. M. As relações sociais de gênero no trabalho e na reprodução. **Revista Aurora**, Marília: 2010. Disponível em: <<http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Aurora/6%20NOGUEIRA,%20Claudia%20Mazzei.pdf>>. Acesso em: 08 set. 2017.

PASTORE, E.; ROSA, L. D.; HOMEM, I. D. **Relações de gênero e poder entre trabalhadores da área de saúde**. Fazendo gênero 8 – Corpo, Violência e Poder. Florianópolis: 2008. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST25/Pastore-Rosa-Homem_25.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2018.

PETRY, A. R.; MEYER, D. E. E. Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa. Porto Alegre: **Textos & Contextos**, v. 10, n. 1, jan./jul. 2011. P. 193 – 198. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/7375/6434>>. Acesso em 28 jan. 2018.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, T. S. **Divisão sexual do trabalho na profissão médica e atividades acadêmicas**. In: Congresso Iberoamericano de Ciência, Tecnologia e Gênero, 8., 2010, Curitiba. Anais eletrônicos... Curitiba: UTFPR, 2010. Disponível em: <http://files.dirppg.ct.utfpr.edu.br/ppgte/eventos/cictg/conteudo_cd/E7_Divis%C3%A3

o_Sexual_do_Trabalho_na_Profiss%C3%A3o_M%C3%A9dica.pdf> Acesso em: 23ago. 2016.

SCOTT, J. **Prefácio a Gender and politics of History**. Campinas: Cadernos Pagu, v. 3, p. 11- 27, 1994.

SILVA, U. B. **Racismo e alienação**: uma aproximação à base ontológica da temática racial. Tese de doutorado. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

SPM – SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. Secretaria de Governo da Presidência da República. Site. Brasília: 2016. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/arquivos-diversos/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/perguntas-frequentes-sae/o-que-e-divisao-sexual-do-trabalho-e-como-ela-incide-nas-relacoes-de-trabalho>>. Acesso: 21 jan. 2018

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA
ENTREVISTA PARA TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Orientadora: Jacqueline Samagaia.

Orientanda: Thamara Campos.

Profissão: _____.

Idade: _____.

Ingresso na unidade: _____.

Estado civil: _____.

1. De que forma se deu a sua inserção na instituição enquanto trabalhadora? Qual o tipo de vínculo?
2. Desde a entrada, houve alguma mudança na rotina trabalhista ou algum tipo de ascensão profissional? Se sim, como se deu?
3. Você percebe alguma diferença no tratamento da equipe por conta da sua condição de gênero, ou seja, por ser mulher?
4. E pelos usuários, percebe alguma diferenciação?
5. Você trabalha em outro local além do hospital? Se sim e puder informar onde e desde quando?
6. Qual o vínculo empregatício com a outra instituição? Como se dá a conciliação entre os dois vínculos?
7. Com quem você mora?
8. Existe divisão das tarefas domésticas? Se sim, de que forma ela é feita?
9. Em relação à sua vida pessoal e familiar, como consegue conciliar família e trabalho?
10. As despesas da casa são compartilhadas?
11. Você percebe na instituição alguma diferença nas possibilidades de ascensão profissional entre homens e mulheres?
12. E quanto à divisão de cargos, você acha que o trabalho desenvolvido por homens tem diferença na valorização?
13. É do seu conhecimento se existe diferença na remuneração entre trabalhos realizados por homens e por mulheres nesta instituição?